



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE ECONOMIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

THIAGO FERNANDEZ FURQUIM DE ALMEIDA

**ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DE ALUNOS E SERVIDORES UFBA EM
RELAÇÃO À EDUCAÇÃO FINANCEIRA**

SALVADOR

2018

THIAGO FERNANDEZ FURQUIM DE ALMEIDA

**ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DE ALUNOS E SERVIDORES UFBA EM
RELAÇÃO À EDUCAÇÃO FINANCEIRA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Área de concentração: Economia e Finanças.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Carvalho Oliveira.

SALVADOR

2018

Ficha catalográfica elaborada por Valdinea Veloso CRB5-1092

A447 Almeida, Thiago Fernandez Furquim de
Análise do comportamento de alunos e servidores UFBA em
relação à educação financeira / Thiago Fernandez Furquim
Almeida . - Salvador: 2018

75p. il. fig. tab.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Economia) -
Faculdade de Economia, Universidade Federal da Bahia, 2018.

Orientador: : Prof. Dr. Rodrigo Carvalho Oliveira

1.Educaça finaceira 2. Investimento I. Oliveira, Rodrigo
Carvalho II. Título III. Universidade Federal da Bahia

CDD -330

THIAGO FERNANDEZ FURQUIM DE ALMEIDA

**ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DE ESTUDANTES E SERVIDORES UFBA EM
RELAÇÃO À EDUCAÇÃO FINANCEIRA**

**Relatório final, apresentado a Universidade
Federal da Bahia, como parte das exigências
para a obtenção do título de graduado.**

Salvador, ____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Rodrigo Carvalho Oliveira

Prof. Dr. André Luis Mota dos Santos

Prof. Me. Rafael Sales Rios

RESUMO

Neste trabalho monográfico, são apresentadas evidências sobre a importância do conhecimento acerca da Educação Financeira. Todavia, este estudo não trata apenas da questão de conceitos sobre investimentos disponíveis no mercado, mas também aborda a relevância de hábitos e costumes que conduzam cada indivíduo, ao longo de sua vida, em busca de sua tão almejada independência financeira. Com tal intuito, este estudo defende a inserção da Educação Financeira nas escolas desde a infância do aluno, não necessariamente como uma nova disciplina, mas agregada a outras de uma maneira multidisciplinar. Para isso, são expostas iniciativas no Brasil com intuito de incentivar o ensino de Educação Financeira nas escolas. Como base deste trabalho, foi aplicada uma pesquisa entre os alunos e servidores administrativos da UFBA. O conjunto de questões teve como objetivo principal avaliar conhecimentos básicos em economia, hábitos e costumes de poupança, além do perfil de cada entrevistado como investidor. A ideia da pesquisa é ter uma noção de como está o nível de Educação Financeira dos entrevistados e, por conseguinte, se mensurar a relevância de maior incentivo à inclusão da Educação Financeira no ensino escolar.

Palavras-chave: Educação Financeira. Independência financeira. Educação Financeira nas escolas. Hábitos e costumes de poupança. Investimentos.

ABSTRACT

In this monographic work, we present evidences on the importance of knowledge of Financial Education. Nevertheless, this study deals with the concepts of investments available in the market as well as the relevance of habits and customs, which lead each individual, throughout his life, in the search of his long-sought financial independence. Thus, this study argues for the insertion of Financial Education in schools since the beginning of elementary education, not necessarily as a new discipline, but it should be added to others in a multidisciplinary way. In order to encourage the teaching of Financial Education in schools, we start presenting ongoing and past initiatives in Brazil. As a basis of this work, a research was applied among the students and administrative servers of UFBA. The set of questions had as main objective to evaluate basic knowledge in economy, habits and customs of savings, besides the profile of each interviewee as investor. The idea of the research is to have a notion of how is the level of Financial Education of the interviewed and, therefore, to measure the relevance of greater incentive to the inclusion of Financial Education in school education.

Keywords: Financial Education. Financial independence. Financial Education in Schools. Habits and customs of saving. Investments.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Característica de cada fase da criança/adolescente.....	15
Gráfico 1 - Participação de pessoas físicas em dez anos, em %. (BM&FBovespa, 2016).....	19
Quadro 2 – Investidores pessoas físicas por idade em 2018.....	20
Quadro 3 - Quadro de investidores pessoas físicas por estado em 2018.....	21
Gráfico 2 – Total de negativados no Brasil.....	23
Gráfico 3 – Inadimplência por faixa etária.....	23
Gráfico 4 – Renda Familiar (Estudantes).....	28
Gráfico 5 – Renda Familiar (Servidores).....	29
Gráfico 6 – Tipo de renda pessoal (Estudantes).....	29
Gráfico 7 – Renda Pessoal (Estudantes).....	30
Gráfico 8 – Renda Pessoal (Servidores).....	31
Gráfico 9 – Idade (Estudantes).....	31
Gráfico 10 – Idade (Servidores).....	32
Gráfico 11 – Gênero (Estudantes).....	32
Gráfico 12 – Gênero (Servidores).....	33
Gráfico 13 – Cor/Raça (Estudantes).....	33
Gráfico 14 – Cor/Raça (Servidores).....	34
Gráfico 15 – Religião (Estudantes).....	34
Gráfico 16 – Religião (Servidores).....	35
Gráfico 17 – Escolaridade da mãe (Estudantes).....	36
Gráfico 18 – Escolaridade da mãe (Servidores).....	36
Gráfico 19 – Escolaridade do pai (Estudantes).....	37
Gráfico 20 – Escolaridade do pai (Servidores).....	38
Gráfico 21 – Para que serve a taxa de juros Selic? (Estudantes).....	39
Gráfico 22 – Para que serve a taxa de juros Selic? (Servidores).....	39
Gráfico 23 – O que é inflação? (Estudantes).....	40
Gráfico 24 – O que é inflação? (Servidores).....	41
Gráfico 25 – Ações políticas com o objetivo de controle da inflação. (Estudantes).....	41
Gráfico 26 – Ações políticas com o objetivo de controle da inflação. (Servidores).....	42
Gráfico 27 – O que é um superávit primário? (Estudantes).....	43
Gráfico 28 – O que é um superávit primário? (Servidores).....	43
Gráfico 29 – Qual a consequência da decisão do governo de imprimir moeda desordenadamente? (Estudantes).....	44
Gráfico 30 – Qual a consequência da decisão do governo de imprimir moeda desordenadamente? (Servidores)	45

Gráfico 31 – Valor do fundo garantidor de crédito ou FGC. (Estudantes).....	46
Gráfico 32 – Valor do fundo garantidor de crédito ou FGC. (Servidores).....	46
Gráfico 33 – O que são títulos públicos? (Estudantes).....	47
Gráfico 34 – O que são títulos públicos? (Servidores).....	48
Gráfico 35 – Regularidade a poupar. (Estudantes).....	49
Gráfico 36 – Regularidade a poupar. (Servidores).....	50
Gráfico 37 – Percentual da renda destinada à poupança. (Estudantes).....	51
Gráfico 38 – Percentual da renda destinada à poupança. (Servidores).....	51
Gráfico 39 – Aplicação Financeira mais utilizada. (Estudantes).....	52
Gráfico 40 – Aplicação Financeira mais utilizada. (Servidores).....	53
Gráfico 41 – Atitudes quanto à falta de renda para pagar despesa. (Estudantes).....	54
Gráfico 42 – Atitudes quanto à falta de renda para pagar despesa. (Servidores).....	54
Gráfico 43 - O que é inadimplência? (Estudantes).....	55
Gráfico 44 - O que é inadimplência? (Servidores).....	55
Gráfico 45 – Itens básicos de uma planilha de orçamento familiar. (Estudantes).....	56
Gráfico 46 – Itens básicos de uma planilha de orçamento familiar. (Servidores).....	57
Gráfico 47 – Costume antes de um gasto de forte impacto orçamentário (Estudantes).....	58
Gráfico 48 – Costume antes de um gasto de forte impacto orçamentário (Servidores).....	58
Gráfico 49 – Costume de conversar sobre decisões financeiras em casa (Estudantes).....	59
Gráfico 50 – Costume de conversar sobre decisões financeiras em casa (Servidores).....	60
Gráfico 51 – Se você tivesse 10 mil a sua disposição hoje, como aplicaria esse dinheiro? (Estudantes).....	61
Gráfico 52 – Se você tivesse 10 mil a sua disposição hoje, como aplicaria esse dinheiro? (Servidores).....	62
Gráfico 53 – Se você tivesse 300 mil a sua disposição para investir, qual opção escolheria? (Estudantes).....	63
Gráfico 54 – Se você tivesse 300 mil a sua disposição para investir, qual opção escolheria? (Servidores).....	64

LISTA DE SIGLAS

ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros

CNseg – Confederação Nacional das Seguradoras

DSOP – Diagnosticar, Sonhar, Orçar e Poupar

ENEF – Estratégia Nacional de Educação Financeira

FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos

OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

SPC – Serviço de Proteção ao Crédito

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	REFERENCIAL TEÓRICO	11
2.1	TEORIA DO CONSUMIDOR SOB INCERTEZA	11
2.2	EVIDÊNCIAS INICIAIS	13
2.3	EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS	18
2.4	EXPERIÊNCIAS EM ESCOLAS BRASILEIRAS	24
3	METODOLOGIA	27
3.1	PERFIL DA AMOSTRA	27
4	RESULTADOS DA PESQUISA DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA COMUNIDADE UFBA	28
4.1	PERFIL SOCIOCONÔMICO DOS ENTREVISTADOS	28
4.2	CONHECIMENTOS BÁSICOS EM ECONOMIA	38
4.3	COMPORTAMENTO COM RELAÇÃO À POUPANÇA E INVESTIMENTO	48
4.4	COMPORTAMENTO EM RELAÇÃO AO RISCO	60
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	65
	REFERÊNCIAS	67
	APÊNDICE	69

1 INTRODUÇÃO

O nível de inadimplência no Brasil está crescendo ao longo dos anos. O problema é tão sério que o candidato à presidência da república Ciro Gomes, em 2018, tinha como uma de suas propostas o refinanciamento das dívidas dos consumidores incluídos no SPC ou no Serasa. Para complementar, segundo estudo desenvolvido pela área de *Decision Analytics* da Serasa Experian, em maio de 2018, o número de consumidores inadimplentes no país era de 61,4 milhões, o maior desde o início da série, iniciado em 2016, que eram 59,5 milhões.

As principais dívidas são com bancos e cartão de crédito, respondendo por 28,5% das inadimplências até maio de 2018. O cartão de crédito, se bem utilizado, proporciona ao consumidor uma maior praticidade nas suas compras, maior prazo de pagamento e até mesmo pontuação em programas de fidelidade. Contudo, quando o consumidor precisa recorrer ao rotativo do cartão de crédito, o endividamento ganha outras proporções, pelo fato das taxas de juros desta modalidade serem as mais altas do mercado, podendo ultrapassar os 12% mensais, sendo que, no mercado existem formas de obter crédito pessoal, como o consignado, com taxas de até 2,20% mensais.

Então, o endividamento em si não é o grande problema, mas sim, a capacidade de pagamento desta dívida. Portanto, é necessário ser criterioso nos gastos, priorizando sempre as despesas de primeira necessidade e adequando suas dívidas à possibilidade de cumprir com o compromisso do pagamento em dia para que não acabem se descontrolando.

Por essa razão, este estudo ressalta que a Educação Financeira tem um papel importante na condução da redução do número de inadimplentes no Brasil. Uma melhor Educação Financeira implica em uma demanda e uso mais responsável do crédito, conseqüentemente, esses tomadores teriam uma menor propensão a se endividar excessivamente, impactando numa redução da inadimplência.

Além disso, a Educação Financeira objetiva a independência financeira, baseada na construção de comportamentos que se desenvolvam a fim da promoção da sustentabilidade, geração de hábitos e costumes, proporcionando uma maior capacidade de realização de um padrão de vida desejado.

Quando se lida com o dinheiro de forma mais equilibrada, com planejamento e escolhas conscientes, certos objetivos se tornam mais fáceis de conquistar, como adquirir a casa

própria, viajar e garantir a educação dos filhos. Além disso, cria-se um ambiente favorável em casa, onde os filhos poderão aprender a lidar com o dinheiro através de exemplos positivos e orientações dos pais. As escolhas se tornam mais conscientes, tem a tendência de consumir produtos e serviços que se encaixem em seu padrão de renda, portanto, uma inadimplência menor.

O ENEF (Estratégia Nacional de Educação Financeira) adota o conceito de Educação Financeira segundo a OCDE, adaptando para a realidade brasileira. A Educação Financeira é um processo no qual os indivíduos elevam sua compreensão dos conceitos e dos produtos financeiros, de modo que, com as devidas informações, formação e orientação, adquiram os meios para se tornarem conscientes das oportunidades ofertadas no mercado e de seus riscos e, então, façam escolhas estando bem informados, adotem ações que melhorem seu bem-estar, ajudando a si no desenvolvimento do indivíduo e uma sociedade responsável, que pense no futuro.

Trazendo a definição para a prática, o ENEF surge através do Decreto Federal 7.397/2010 e tem por objetivo a promoção gratuita da Educação Financeira, ampliar a compreensão do cidadão para efetuar escolhas conscientes relativas à administração de seus recursos e contribuir para eficiência e solidez dos mercados financeiros, de capitais, de seguros de previdência e de capitalização.

Além do ENEF, existem outras iniciativas com o objetivo de difundir a Educação Financeira no país. O Banco Central possui iniciativas nesse sentido. A AEF-Brasil (Associação de Educação Financeira do Brasil), que foi instituída por quatro instituições representantes do mercado financeiro (ANBIMA, BM&FBOVESPA, CNSeg e FEBRABAN), objetiva possibilitar que a Educação Financeira chegue a todo brasileiro.

Em Salvador, o vereador Duda Sanches por meio do projeto de indicação nº 315/18, propõe a introdução da disciplina Educação Social nas escolas municipais. O objetivo desse projeto é orientar os alunos sobre conceitos e noções básicas de Educação Financeira, ambiental, ética e cidadania.

Dessa maneira, há iniciativas e muitas escolas brasileiras já adotam o ensino financeiro em sala de aula, seja como matéria obrigatória ou optativa. Todavia, a orientação não deve se limitar aos professores, cabendo aos pais também ajudar os jovens a estabelecer uma relação saudável com o dinheiro.

Segundo Marcela Kawauti (2017), economista-chefe do SPC Brasil, as pesquisas mostram que ainda existe um descompasso entre a importância que os pais reconhecem na Educação Financeira e a aplicação desses princípios na prática. Muitas vezes os próprios pais não conseguem orientar os filhos por eles próprios terem suas finanças desequilibradas.

Assim, se para os pais há dificuldade, controlar as finanças pode ser um desafio, principalmente, para os jovens que acabaram de entrar no mercado de trabalho. Tentações consumistas em conjunto com uma falta de experiência, acarreta o endividamento.

O objetivo desta monografia será analisar o comportamento dos estudantes e servidores UFBA em relação à Educação Financeira. Para a realização desse objetivo, foi realizada uma pesquisa entre os estudantes e servidores administrativos da UFBA. A pesquisa faz um levantamento dos dados socioeconômicos dos participantes, além de questioná-los acerca de conhecimentos básicos em economia e hábitos de poupança, consumo e investimentos.

A partir dos dados coletados na pesquisa, poderão ser feitas algumas conclusões sobre a necessidade de se haver uma maior inserção da Educação Financeira no ensino. As questões sobre conceitos básicos em economia permite observar o nível do conhecimento dos alunos e servidores nesse quesito. Além disso, as questões comportamentais referentes aos hábitos, costumes e investimento, permite analisar se as melhores decisões em favor de uma melhor saúde financeira estão sendo adotadas.

Além dessa introdução, no trabalho constam mais 3 capítulos. O 1º capítulo se divide entre a teoria do consumidor sob incerteza, evidências sobre a importância da educação financeira e a experiência da inserção da educação financeira em escolas brasileiras. O 2º capítulo é a metodologia utilizada para aplicação da pesquisa desenvolvida no trabalho. O 3º capítulo é a apresentação dos dados colhidos na pesquisa e análise dos mesmos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 TEORIA DO CONSUMIDOR SOB INCERTEZA

Na vida são feitas escolhas a todo instante e não podemos ter certeza dos resultados de todas elas. Em alguns casos é fácil ignorar esse tipo de problema e trabalhar apenas com a certeza. Porém, existem casos em que a incerteza é justamente a raiz do problema. Situações como de seguros, investimentos financeiros e loteria envolvem um alto grau de incerteza.

Um dos instrumentais adotados pela teoria da escolha sob incertezas é o conceito de “estado da natureza”. Esta ideia foi utilizada para estender os resultados de equilíbrio geral para um ambiente com incerteza.

A incerteza em relação ao mundo se resume em apenas dois estados da natureza: s_1 (chuva) e s_2 (sol), por exemplo. A teoria da escolha sob incerteza permite, por exemplo, saber o efeito da incidência de chuva sobre a demanda de guarda-chuvas.

A teoria da utilidade esperada serviu de base para o modelo de agente racional e continua sendo uma das teorias mais importantes nas ciências sociais. Essa teoria foi desenvolvida pelo matemático John Von Neumann e o economista Oskar Morgenstern.. A teoria da utilidade cumpre um papel de lógica que prescreve como as decisões devem ser tomadas e uma descrição de como os agentes fazem suas escolhas.

A função de utilidade esperada é um caso especial da função de utilidade. São acrescentados alguns axiomas para que adquira uma forma funcional específica. A representação função da utilidade esperada ou também chamada de função de utilidade Von Neumann-Morgenstern demonstrada pelo Varian (2016) é:

$$\mu(c_1, c_2, \pi_1, \pi_2) = \pi_1 U(c_1) + \pi_2 U(c_2).$$

Essa equação mostra que a utilidade pode ser escrita como uma soma ponderada de alguma função do consumo em cada estado, $U(c_1)$ e $U(c_2)$ no qual os pesos são dados pelas probabilidades π_1 e π_2 , destes estados acontecerem.

Os resultados possíveis são bens de consumo, e estes serão consumidos em circunstâncias diferentes, vezes apenas um desses acontecimentos ocorrerá realmente. Um exemplo desse

tipo de escolha são os seguros. Existe uma probabilidade de uma casa pegar fogo ou não, a função de utilidade esperada ajuda na escolha do consumidor.

O questionamento do consumidor ao decidir se sua casa deve ou não ser segurado é sobre a quantidade de dinheiro que ele estaria disposto a abrir mão de imediato, para que não perca tanto caso a casa pegue fogo.

Uma característica que influencia o consumidor a tomar decisões de consumo sob incertezas é a propensão ao risco. Um exemplo utilizado no Varian (2016) para retratar o impacto do risco sobre as decisões dos indivíduos é de um consumidor que possui uma riqueza de US\$ 10 e estaria pensando em fazer uma aposta, na qual ele teria 50% de chance de ganhar US\$ 5 e 50% de chance de ganhar US\$ 15. O valor esperado de sua riqueza é de US\$ 10 e a utilidade esperada é:

$$\frac{1}{2}u(\text{US\$}15) + \frac{1}{2}u(\text{US\$}5)$$

A utilidade esperada de riqueza é a média dos dois números $u(\text{US\$}15)$ e $u(\text{US\$}5)$, ou $0,5u(15) + 0,5u(5)$. Enquanto que a utilidade do valor esperado da riqueza é $u(\text{US\$}10)$.

No caso de um consumidor avesso ao risco, ele terá uma preferência por ter o valor esperado de sua riqueza do que arriscar. Já para o caso de um consumidor que seja propenso ao risco, a utilidade esperada de riqueza é maior do que a utilidade do valor esperado de riqueza, portanto ele irá optar por arriscar. No intermédio desses, estão os consumidores neutros ao risco, dentre esses, a utilidade esperada de riqueza é exatamente igual à utilidade do seu valor esperado, portanto ele irá se preocupar apenas com o valor esperado de sua riqueza.

Neste caso, a Educação Financeira se torna peça fundamental para auxiliar consumidores avessos ao risco a tomar decisões mais racionais.

A economia comportamental tem algumas divergências quanto a essa teoria da utilidade, principalmente pelo pressuposto do *homo economicus*. Na visão do economista comportamental, os agentes econômicos tem uma visão de mundo limitada pela informação que está disponível em um certo momento, portanto, não podem ser tão consistentes e lógicos.

A teoria da perspectiva de Kahneman (2012) busca complementar a teoria da utilidade esperada com alguns pontos que acredita não serem considerados pela teoria. Na teoria da utilidade, a utilidade de um ganho é mensurada comparando-se as utilidades de dois estados

de riqueza. Nessa teoria, as utilidades de ganhos e perdas apenas diferem pelo sinal, no entanto, não consegue mensurar impactos diferentes de utilidade e desutilidade de mesmo valor.

A teoria da perspectiva olha as decisões através de uma perspectiva de ganho e perda, afirmando que existe diferença de comportamento quanto à tomada de risco a depender em qual perspectiva o indivíduo se encontra. O Kahneman (2012) faz um experimento no qual apresenta dois problemas aos indivíduos e pede pra tomarem uma decisão quanto a eles:

Problema 1: Além do que já tem, você recebeu mil dólares. Escolha entre 50% de chance de ganhar mil dólares ou conseguir quinhentos dólares com certeza?

Problema 2: Além do que já tem, você recebeu dois mil dólares. Escolha entre 50% de chance de perder mil dólares ou perder quinhentos dólares com certeza.

Segundo a teoria de utilidade esperada, os problemas são idênticos nos quais pode ter a certeza de ficar com 1500 dólares, ou pode apostar, caso ganhe fique com 2000 dólares e caso perca fique com 1000 dólares. Os resultados da pesquisa mostraram que na primeira escolha, a grande maioria respondeu que preferia a escolha segura, portanto, receber os 500 dólares sem apostar. Já na segunda escolha, a maioria preferiu apostar. A conclusão é que quando se trata de ganhos, os indivíduos preferem garantir o que já ganhou, mas na perspectiva de perda, prefere apostar perder até mais, a aceitar uma perda garantida.

Na teoria da perspectiva, para determinar a utilidade, além de saber o estado da riqueza do indivíduo, também é necessário saber o estado de referência.

Após diversas observações, Kahneman constatou que as pessoas são avessas à perdas e que o coeficiente de aversão à perda tende a aumentar quando as apostas são altas, mas não drasticamente. No entanto, caso a perda imposta pela a aposta possa arruinar sua vida, é improvável que se considere fazer a aposta, independente do valor que possa ganhar caso tenha sorte.

2.2 EVIDÊNCIAS INICIAIS

A Educação Financeira é um fenômeno recente na história do Brasil. Apenas a partir da década passada que se é possível encontrar autores que se propunham a orientar os brasileiros sobre a importância de saber utilizar seus recursos da melhor maneira possível.

A Educação Financeira consiste em algo mais abrangente do que uma predisposição a poupar parte do rendimento no fim do mês. Uma pessoa educada financeiramente consegue limitar seu padrão de vida na quantidade de recurso que lhe cabe, aproveitar as oportunidades de mercado para aumentar seu patrimônio, planejar seus gastos antecipadamente a fim de gastar menos possível e, principalmente, criar as bases financeiras para sua independência, podendo assim desfrutar do seu tempo maximizando seus prazeres ao invés de depender apenas de um salário no fim do mês.

Em uma sociedade cuja população não possui uma orientação financeira adequada, há de se pensar na necessidade de uma inserção desse tema no âmbito escolar. Hábitos criados desde a infância costumam perdurar ao longo da vida, pois é muito mais difícil tentar ensinar novas condutas a pessoas que já tem suas ideias e costumes amadurecidos, do que outras cujos pensamentos e hábitos ainda estão em desenvolvimento. Em gerações posteriores, nas quais esses alunos se tornariam pais, a Educação Financeira passaria também a ser disseminada no ambiente familiar. Como consequência, os alunos não seriam tão dependentes da escola como grande responsável na transmissão do conhecimento sobre Educação Financeira, tendo os pais mais ativos e, por conseguinte, tornando-se um costume da sociedade.

Segundo Savoia, Aito e Santana (2007) a Educação Financeira pode ser vista como uma transmissão de conhecimento que possibilita o desenvolvimento de habilidades nos indivíduos, tornando-lhes capazes de tomar decisões fundamentais e seguras, além de melhorar suas finanças pessoais.

Existem muitos motivos para importância de se ter uma Educação Financeira, principalmente no período de vida em que o cérebro está mais propício a absorver conhecimento, ou seja, na fase da infância e adolescência. Segundo um quadro desenvolvido por Gustavo Cerbasi (2011), em um estudo sobre a importância de uma orientação financeira desde as idades iniciais, após um acompanhamento de crianças na educação infantil, os seguintes comportamentos são observados em cada grupo etário:

Quadro 1 – Características de cada fase da criança/adolescente.

Idade	Principais características comportamentais.	Papel dos pais quanto à educação financeira.
0 a 2 anos	Os desejos não estão associados ao dinheiro, mas o interesse pelas atitudes dos pais é intenso e crescente.	Dar exemplo através de suas atitudes, pois estas serão copiadas pelos filhos e os tornarão mais disciplinados.
3 a 4 anos	A realização de desejos é associada ao ato de comprar, que depende essencialmente da vontade e do dinheiro dos pais.	Evitar banalizar o consumo e estabelecer regras para o uso do dinheiro, como limites orçamentários e datas para celebração e presentes.
5 a 6 anos	Percepção de que é possível interagir com estranhos sem intervenção de adultos.	Cultivar independência, permitir aos filhos que interajam com vendedores e manipulem dinheiro em compras pequenas.
7 a 10 anos	Percepção de papéis sociais e quantificação de valores, como o aprendizado da matemática.	Conversar sobre dinheiro, trabalho, sustento da família, objetivos dos estudos e escolha de profissão.
11 a 14 anos	Percepção das responsabilidades e primeiros conflitos típicos da adolescência.	Cultivar a autonomia, com a prática da mesada ou da oferta de recursos de uso livre pelos filhos. Incluir os filhos nas tarefas de organização financeira familiar.
Acima de 15 anos	Necessidade de assumir papéis típicos de adultos.	Conversar sobre temas relacionados à administração pessoal, uso de bancos, incentivos maiores à formação de poupança e desejos versus investimentos necessários.

Fonte: Cerbasi (2011, p.42)

Dessa maneira, fica clara a importância de se preocupar com o que deve ser transmitido às crianças desde os primeiros anos de vida. Nos primeiros anos de vida os filhos possuem um comportamento de copiar atitudes dos seus mentores, sejam eles pais ou professores. O fato de crianças até certa idade não ter muita consciência do que significa o dinheiro, não significa que não precisem aprender costumes que irão ajudá-las futuramente a serem mais disciplinadas financeiramente.

Kiyosaki (2013, p.77), classifica os períodos da vida como janelas de aprendizagem, são três as janelas: primeira janela do nascimento até os 12 anos; segunda janela dos 12 aos 24 anos; terceira janela dos 24 aos 36 anos.

A primeira janela representa o “Salto quântico”, nesse período tudo que a criança possa ver, sentir ou provar pode ser considerado uma experiência nova e excitante de aprendizagem. Nesse período a mente da criança absorve com maior facilidade tudo que lhe é ensinado, já a partir dos 12 anos de idade, o cérebro começa a apagar certas coisas, aquilo que você não utiliza com frequência passa a ser descartado e é quando se inicia a segunda janela.

A segunda janela, o autor classifica como a do aprendizado por rebeldia, isto é, no momento em que a criança entra na adolescência, ela passaria a aprender fazendo o contrário do que lhe é dito a fazer, optando por fazer suas próprias escolhas ao invés do que lhe mandam fazer.

Por último, a terceira janela de aprendizado é a classificada como a do aprendizado profissional. Nesse ponto, o indivíduo começa a construir seu caminho profissional.

Essas questões sobre como analisar cada período da vida do indivíduo são muito importantes para saber qual a melhor maneira de se educar em cada momento, isso vale tanto para a escola, como, principalmente, para os pais. A importância dos pais na educação dos filhos é ressaltada por Kiyosaki, pois um professor apesar de ter grande relevância no aprendizado dos alunos, ensina por um certo período de tempo, enquanto que pais são “professores” para a vida toda.

Ademais, a Educação Financeira vai muito além do aprendizado de cálculos, planilhas e no mero ato de poupar dinheiro. Se educar financeiramente tem muito mais relação com os hábitos e os costumes, de modo que pode ser inserida em qualquer disciplina escolar, basta que os professores sejam preparados para agregar o assunto em suas aulas. Segundo Sthepani (2005, p. 12), o indivíduo no seu processo de formação tem uma responsabilidade sobre a mudança que a educação passa. Assim, a Educação Financeira seria um elo entre as diversas áreas do conhecimento e o aluno ao ter essa percepção conseguiria instrumentalizar o conhecimento em favor da construção de sua autonomia.

É importante ressaltar que ser educado financeiramente não significa abdicar de todo tipo de consumo. Trata-se de um estímulo para uma organização pessoal em prol de que seus desejos de consumo possam ser realizados além dos limites. É poder ter disciplina necessária para uma qualidade de vida ao longo de toda a vida. Boas práticas de educação financeira devem ser conduzidas a escolhas estáveis. Isso é feito agregando a matemática com práticas ambientais, sociais, filosóficas e éticas.

Cada vez é mais fácil o acesso a serviços financeiros, caso bem utilizados se tornam um importante recurso para economia, porém, nas mãos de quem não sabe avaliar o que são gastos por desejos e aqueles que irão lhe proporcionar uma possível elevação do seu nível de renda, acaba tornando-se um ambiente muito propício a pessoas endividadas e consequente aumento da inadimplência.

A maioria dos investimentos produtivos é feito por obtenção de crédito e não por capital próprio, a grande diferença é que essas pessoas estão usando sua capacidade de endividamento para gerar receita futura, enquanto que grande parte das pessoas acaba se endividando por algo que não irá gerar nenhum tipo de rendimento, apenas pelo desejo momentâneo de consumir certos produtos. Em seu livro, Kyiosaki (2013) tenta ensinar as pessoas a ter uma visão diferente sobre endividamento, para ele a dívida só é ruim para aquelas pessoas que não possuem o conhecimento necessário sobre como usá-las. O próprio autor busca alertar para os benefícios da utilização do crédito, afirmando que uma pessoa bem orientada financeiramente conseguiria perceber o lado bom da dívida e enriquecer com isso.

O autor do livro “Os segredos da mente milionária”, Eker, T. Harv (2005) aborda sobre o funcionamento da mente de indivíduos que recebem uma quantia de dinheiro elevada de repente. Para ele, uma pessoa que não está interiormente preparada para esse acontecimento, o mais provável é que ela perca tudo em um curto período de tempo. Isso acontece porque a maioria das pessoas não tem capacidade interna para conquistar e conservar grande quantidade de dinheiro. Além disso, o deslumbre de que pode ter tudo no curto prazo os deixam cegos para as consequências do seu novo estilo de vida no futuro.

A Educação Financeira não deve ser buscada apenas quando se tem muito dinheiro, como já foi abordado anteriormente, não se trata apenas de uma relação de quantidade de recursos, e sim de hábitos e costumes que possam ajudar cada um alcançar objetivos traçados. São muito comuns pessoas que ganharam na loteria, em um curto período de tempo, retornarem ao seu nível de renda anterior, ou até mesmo endividadas. O principal motivo é a falta de uma Educação Financeira adequada. No instante em que recebe todo esse volume de dinheiro seu padrão de vida também se eleva consideravelmente, no entanto, o fluxo de caixa não acompanha esse crescimento dos gastos e a sustentabilidade desses padrões se torna impossível em pouco tempo.

Assim, o que determina quanto dinheiro uma pessoa tem não é quanto que ela ganha, mas como ela usa o dinheiro. Uma pessoa que recebe um salário e consome todo ele no mês

sempre estará dependente desse trabalho, pois por mais que seja um bom salário, ela não é independente financeiramente, e qualquer revés econômico que provoque uma possível demissão deixaria esta pessoa sem condições de se manter. Por outro lado, outra que mesmo ganhando menos consiga poupar algo ou investir em outra fonte de renda, estaria mais preparada para um imprevisto e mais próxima de uma possível independência financeira.

Em época de crises econômicas, a Educação Financeira e o planejamento econômico são essenciais para enfrentar as adversidades com mais segurança. Em um mundo globalizado, onde produtos e serviços de todos os tipos são ofertados, manter-se alheio a possíveis tentações de dispêndio extra se torna bastante difícil. Uma boa saúde financeira demanda bastante disciplina e comprometimento constantes.

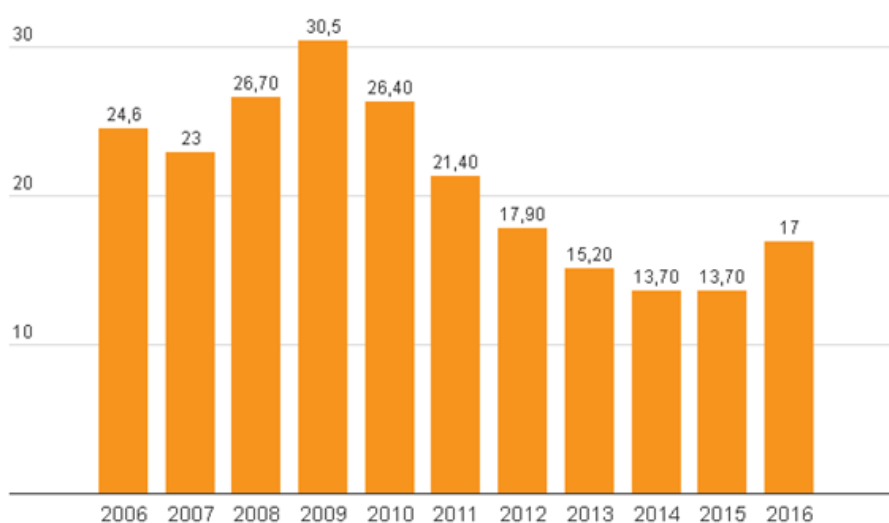
2.3 EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS

A história econômica do Brasil não contribui para que haja uma mentalidade de planejamento financeiro na sociedade por não existir a prática de diálogo sobre dinheiro, planejamento e investimento com os filhos, justamente pelo fato desses pais e avós não serem instruídos financeiramente. Segundo D'Aquino (2008), por exemplo, o planejamento financeiro era muito difícil de ser feito até a estabilização da inflação devido ao Plano Real, pois com o histórico de altas taxas inflacionárias não tinha como saber qual seria seu poder de compra do mês seguinte, tudo se resumia ao agora. O autor ainda ressalta o pesadelo inflacionário que acometeu o Brasil por pelo menos duas décadas.

Essa história acaba influenciando diretamente nos costumes das pessoas com relação ao dinheiro, tanto que, provavelmente, este seja o principal fator de diferença entre o Brasil e os EUA ao se comparar o número de pessoas que investem na bolsa de valores nos dois países. Nos EUA, existe uma cultura de investir em ações há mais de 50 anos, costume que é passado de pais para filhos ou até mesmo de avós para netos, enquanto que no Brasil essa gama só começou a aparecer nos anos 2000. Segundo Bel Pesce (2014), boa parte dos americanos tem uma cultura de investimento maior do que do brasileiro. Eles começam a guardar dinheiro desde a infância e crescem sabendo quais são as opções de aplicações disponíveis no mercado. Ela ainda afirma que o americano tem uma visão de longo prazo, enquanto que o brasileiro ainda pensa muito no curto prazo.

Como pode ser visto no gráfico 1 a seguir, a porcentagem de pessoas físicas atuantes no mercado financeiro, no período de 10 anos (2006 a 2016), teve seu maior pico em 2009 e desde lá foi decrescendo até o menor nível em 2014-2015 de 13,7% voltando a um viés de alta a partir de 2016 com 17%. O período de decréscimo coincide com o pós-crise financeira mundial de 2008, que no Brasil as consequências vieram um pouco mais tarde. Em períodos de crise, por desconhecerem como funciona o mercado financeiro, muitas pessoas tendem a evadir dos investimentos de “risco”.

Gráfico 1: Participação de pessoas físicas em dez anos, em %. (BM&FBovespa, 2016)



Fonte: Folha de São Paulo (2017).

O quadro 2 demonstra um alto grau de concentração de investidores como pessoas físicas a partir dos 46 anos de idade, sendo responsáveis por 84,13% dos investimentos. Existem possíveis explicações para essa conjuntura. Uma delas seria uma possível consolidação financeira a partir dessa idade, seriam pessoas que já acumularam certa quantidade de renda e buscam no mercado financeiro uma maneira de alavancar seus recursos. Outro ponto importante é notar a incipiência de investimento no mercado financeiro entre os mais jovens. Até os 35 anos apenas 4,76% faz parte de pessoas físicas que investem em mercado de capitais. Provavelmente, o fato de ser a faixa etária na qual o indivíduo está iniciando sua vida profissional e, conseqüentemente, ainda não possui um acúmulo de capital considerável o afaste deste tipo de investimento. No entanto, também corresponde à fase na qual os mesmos tendem a ter menos responsabilidades financeiras, como filhos, família e contas a pagar.

Quadro 2 – Investidores pessoas físicas por idade em 2018.

Perfil PF por Faixa etária	Contas			Valor (R\$ bilhões)			%
	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	
<i>Até 15 anos</i>	1.271	1.034	2.305	1,00	0,13	1,13	0,58%
<i>De 16 a 25 anos</i>	15.507	3.319	18.826	0,70	0,37	1,07	0,54%
<i>De 26 a 35 anos</i>	109.522	23.834	133.356	5,50	1,61	7,11	3,64%
<i>De 36 a 45 anos</i>	139.432	35.730	175.162	17,22	4,50	21,72	11,11%
<i>De 46 a 55 anos</i>	92.901	29.137	122.038	24,99	9,37	34,35	17,57%
<i>De 56 a 65 anos</i>	77.326	28.653	105.979	31,82	9,67	41,48	21,22%
<i>Maior de 66 anos</i>	76.122	29.482	105.604	66,36	22,28	88,64	45,34%
TOTAL	512.081	151.189	663.270	147,57	47,92	195,50	

Fonte: BM&FBovespa (2018).

Pelo quadro 3, pode-se perceber que os investidores por pessoa física da região sudeste correspondem a 78,15% do total, em segundo é a região sul que é responsável por apenas 12,88%. O restante dos 8,97% estão espalhados pelas demais regiões. Esse cenário demonstra a importância de uma maior inclusão da Educação Financeira no sistema público de ensino, disseminando um conhecimento que aparentemente se mantém concentrado.

Quadro 3 - Quadro de investidores pessoas físicas por estado em 2018.

Estado	Contas			Valor (R\$ bilhões)			%
	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	
SP	214.157	68.352	282.509	70,26	23,33	93,58	47,87%
RJ	76.861	26.286	103.147	28,48	12,99	41,46	21,21%
MG	41.595	11.068	52.663	13,49	2,03	15,52	7,94%
RS	32.610	8.735	41.345	8,92	3,14	12,06	6,17%
SC	20.401	4.599	25.000	4,27	1,34	5,62	2,87%
PR	29.973	7.752	37.725	5,60	1,90	7,50	3,84%
BA	13.965	3.899	17.864	3,11	0,73	3,85	1,97%
DF	19.604	5.572	25.176	3,19	0,53	3,73	1,91%
ES	9.818	2.365	12.183	2,01	0,19	2,20	1,13%
PE	9.064	2.311	11.375	2,61	0,24	2,85	1,46%
CE	6.960	1.589	8.549	1,16	0,59	1,76	0,90%
GO	7.388	1.721	9.109	0,78	0,11	0,89	0,46%
PB	2.679	668	3.347	0,31	0,08	0,40	0,20%
MT	3.612	863	4.475	0,88	0,15	1,04	0,53%
MS	3.583	792	4.375	0,31	0,06	0,37	0,19%
PA	3.386	847	4.233	0,46	0,21	0,66	0,34%
RN	3.392	726	4.118	0,45	0,08	0,53	0,27%
AM	2.423	545	2.968	0,21	0,06	0,27	0,14%
MA	2.393	592	2.985	0,25	0,04	0,29	0,15%
AL	1.738	416	2.154	0,29	0,03	0,31	0,16%
SE	1.927	453	2.380	0,20	0,04	0,24	0,12%
PI	1.369	319	1.688	0,11	0,02	0,13	0,07%
RO	1.264	289	1.553	0,09	0,02	0,11	0,06%
AP	297	57	354	0,02	0,00	0,02	0,01%
AC	529	121	650	0,04	0,00	0,04	0,02%
RR	334	79	413	0,02	0,00	0,03	0,01%
TO	759	173	932	0,04	0,01	0,05	0,03%
TOTAL	512.081	151.189	663.270	147,57	47,92	195,50	

Fonte: BM&FBovespa (2018).

O fato de grande parte dos brasileiros não possuir uma cultura de planejamento orçamentário vem resultando em um crescimento do nível de inadimplência. Este problema quando tão acentuado acaba se tornando também um problema social. Muitos setores econômicos são prejudicados, como de comércio e serviços, pelo fato de menos pessoas comprarem. A

indústria também sofre pela falta de absorção de seus produtos e o crédito também diminui e encarece, tornando mais custoso o investimento.

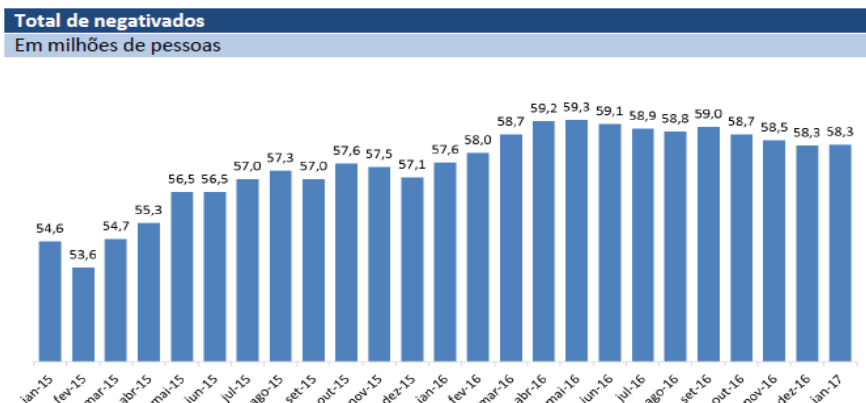
Uma Educação Financeira adequada permite o indivíduo planejar seus gastos de maneira consciente, analisando todos os custos benefício de uma aquisição. Na década passada, devido às políticas governamentais que fomentaram o consumo, muitos brasileiros viram a possibilidade de consumir certos produtos que até então não teriam acesso. Contudo, quando não se é capaz de fazer uma análise precisa de custo e benefício dessas aquisições, a inadimplência se torna consequência.

Segundo um estudo desenvolvido pela área de *Decision Analytics* da Serasa Experian¹ em janeiro de 2018, o número de inadimplentes no país era de 60,1 milhões. O montante alcançado pelas dívidas em janeiro deste ano foi de R\$ 265,6 bilhões, com média de quatro dívidas por CPF, totalizando R\$ 4.420 por pessoa.

Os dados mostram que o sudeste é o líder no número de inadimplentes. São 26,7 milhões de pessoas com dívidas, o que equivale a 40% da população dos quatro estados. No segundo lugar aparece o Nordeste com 16,5 milhões de endividados, representando 41% dos nordestinos. Os números são alarmantes, quase metade da população de ambas as regiões possuem quase a metade da sua população como devedor.

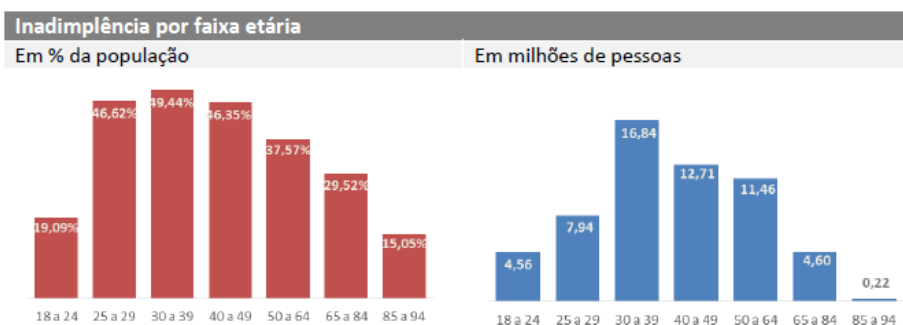
O gráfico 2 demonstra que está havendo uma tendência de crescimento no número de inadimplentes ao longo dos anos. Em janeiro de 2015 eram 54,6 milhões, enquanto no mesmo mês de 2016 cresceu para 57,6 milhões e 58,3 milhões em 2017.

¹Conferir <https://www.serasaexperian.com.br/sala-de-imprensa/inadimplencia-do-consumidor-inicia-2018-em-queda-revela-serasa> .

Gráfico 2 – Total de negativados no Brasil.

Fonte: Indicadores econômicos SPC Brasil e CNDL (2018).

No quesito da faixa etária, a maior quantidade de inadimplentes se concentra dos 30 aos 39 anos. A partir dos 24 anos, quando é costume das pessoas já possuírem algum tipo de rendimento próprio, gastos como carro, mobília, viagens, dentre outros, podem gerar um revés financeiro quando não são bem planejados, o que pode levar essa dívida a se perpetuar ao longo da sua vida. Além disso, muitos ainda optam por tomar mais crédito para pagar dívida antiga, gerando assim um efeito de bola de neve. O gráfico 3 detalha a composição de inadimplência pela faixa etária:

Gráfico 3 – Inadimplência por faixa etária.

Fonte: Indicadores econômicos SPC Brasil e CNDL (2018).

É importante mencionar que, no Brasil já existem algumas iniciativas visando levar Educação Financeira aos jovens e à sociedade como um todo. Diversos municípios já adotam em sua grade curricular a disciplina de Educação Financeira, resultado de alguns projetos de Lei.

2.4 EXPERIÊNCIAS EM ESCOLAS BRASILEIRAS

O ENEF realizou um mapeamento das iniciativas de Educação Financeira, em 2009 foram identificados 64 iniciativas de Educação Financeira. Outro mapeamento realizado em 2013 identificou 803 iniciativas em diferentes regiões, e em 2018, os resultados mostraram mais de 1300 iniciativas, entre escolas do ensino médio e universidades, tanto públicas como privadas, associações, cooperativas e órgãos da iniciativa privada.

Há 10 anos, em 2008, a DSOP, uma organização dedicada à disseminação da Educação Financeira no Brasil e no mundo, desenvolveu a metodologia DSOP através do seu presidente Reinando Domingos, desde então busca aplica-la no ensino do país. Nesses 10 anos de existência a DSOP se firmou como grande disseminadora da Educação Financeira do país, levando esse conceito a mais de 2 milhões de famílias, 2 mil escolas públicas e particulares e mais de 500 mil alunos, tudo isso através dos mais de mil educadores financeiros formados pela própria DSOP.

A Metodologia DSOP se baseia em quatro pilares (Diagnosticar, Sonhar, Orçar e Poupar), que propõe uma forma diferente de lidar com o dinheiro, no qual a realização dos sonhos, metas e objetivos são o foco principal. Além disso, busca traçar um plano de vida e fazer com que a independência financeira seja alcançada.

Em 2010/2011 uma pesquisa foi realizada por Bruhn *et al.* (2013), a fim de demonstrar que um programa de Educação Financeira de alta qualidade aplicada aos jovens conseguiria elevar o conhecimento financeiro, atitudes e comportamentos. O estudo foi realizado em 6 estados (São Paulo, Ceará, Tocantins, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Distrito Federal), 868 escolas, e aproximadamente 20.000 estudantes na faixa etária de 15 a 17 anos.

A metodologia da pesquisa consistiu em separar dois grupos de escolas de forma aleatória, aquelas que receberiam o material de educação financeira e treinamento para os professores, enquanto que o grupo de controle não receberia, no final de cada ano seria aplicado um teste igual para todos. Os pais dos alunos das escolas que receberam o material foram convidados a participar também de forma aleatória de um workshop no qual também foram separados em dois grupos, aqueles que assistiriam a um vídeo de educação financeira, e outro grupo de controle que assistiria a um vídeo sobre cuidados com a saúde. A pesquisa iniciou em agosto de 2010 e durou um ano e meio.

A ideia da pesquisa em focar na juventude não foi aleatória. O primeiro motivo é que bons hábitos financeiros gerados na juventude são suscetíveis a beneficiar a escolaridade, empregos e padrões de vida na idade adulta. O segundo, estudantes bem informados, além de melhorar suas próprias escolhas financeiras, também conseguem externalizar benefícios do seu aprendizado às pessoas que convivem com eles.

Como um dos resultados da pesquisa, foi constatado que os pais nas escolas tratadas têm uma probabilidade significativamente maior de reportar que seus filhos passaram a ter iniciativa de discutir questões financeiras em casa e a se oferecerem a ajudar na organização dos orçamentos domésticos. Além disso, foi detectada uma melhora no conhecimento financeiro dos pais. E também melhoras significativas nos comportamentos financeiros, com aumento de 0,67 pontos percentuais na poupança e melhorias na probabilidade de manter os orçamentos domésticos.

No geral, o estudo mostrou que caso a Educação Financeira seja ensinada de uma maneira na qual o jovem consiga compreender e em um período de tempo significativo, é uma ferramenta importante na melhoria dos resultados financeiros dos estudantes.

Os pesquisadores também puderam observar que a educação financeira tem a tendência a ser mais eficaz quando é direcionada às necessidades e desejos do público alvo. Dessa maneira, para despertar o interesse do estudante sobre determinado assunto, é preciso inseri-lo no contexto para que ele sinta que aquilo de alguma maneira será importante para sua vida. Mandell e Klein (2007) destacam a importância da motivação e definição de metas no aumento da relevância da educação financeira para a juventude.

Em suma, a pesquisa realizada por Bruhn e outros (et al.) nas escolas brasileiras chegou à conclusão de que o programa de Educação Financeira ajuda os alunos que possuem um desempenho ruim a melhorar e os que já são bons melhoram ainda mais. Esses efeitos são importantes para mostrar que o programa não discrimina beneficiário, ao contrário, é impulsionado por qualquer categoria e o currículo atende aos interesses de aprendizagem de qualquer tipo de aluno.

O estudo se mostrou bastante relevante, tanto que os resultados dessa pesquisa geraram impactos na discussão sobre como a educação financeira nas escolas afeta a vida dos estudantes. Muitos países se interessaram pela experiência aplicada no Brasil para aprender e adaptar o programa para os seus devidos ambientes e sistemas escolares.

Os pesquisadores finalizam o trabalho concluindo sobre as lições aprendidas com essa experiência tanto para o Brasil como para o resto do mundo:

Primeiro, aumentar o conhecimento pode diminuir as demandas de recursos cognitivos e ajudar a reduzir anomalias na escolha intertemporal. Em segundo lugar, a educação financeira pode ser entendida mais amplamente como as habilidades necessárias à vida para tomar melhores decisões intertemporais, estar ciente das oportunidades à frente e planejar para tirar proveito delas. Como tal, a educação financeira pode reforçar a eficácia das políticas destinadas ao crescimento econômico e à redução da pobreza. Terceiro, a parceria entre as facetas altamente educadas e engenhosas dos setores financeiro e privado do Brasil com o sistema educacional com menos recursos pode desempenhar um papel transformador em tornar as escolas públicas um lugar estimulante para o aprendizado e crescimento pessoal e melhorar as perspectivas de igualdade de oportunidades para todos. Em quarto lugar, educar os pais pode fortalecer seu envolvimento na educação de seus filhos e gerar dinâmicas poderosas dentro do lar. A educação de adultos é, portanto, um elemento importante na educação das crianças e na redução da pobreza. Finalmente, uma vez trazido à escala, este programa tem o potencial de melhorar as taxas nacionais de poupança e, potencialmente, a taxa de crescimento econômico. (BRUHN et al., 2013, p.43-44) tradução nossa

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa foi realizada entre os dias 24 de Outubro e 28 de Novembro. Foram aplicados questionários via Web e presencialmente entre os alunos e servidores administrativos da UFBA. O questionário está disponível no apêndice deste trabalho. A pesquisa presencial foi aplicada nos *campi* da Piedade e Ondina. Consta na pesquisa 27 perguntas, sendo divididas em: i) 9 perguntas socioeconômicas; ii) 8 acerca de conhecimento básico sobre conceitos econômicos; iii) 9 sobre comportamentos em relação a consumo, poupança e investimentos.

3.1 PERFIL DA AMOSTRA

A pesquisa aplicada entre os estudantes e servidores administrativos da UFBA teve a participação de 139 pessoas. Dentre elas, 43 são servidores e 96 estudantes.

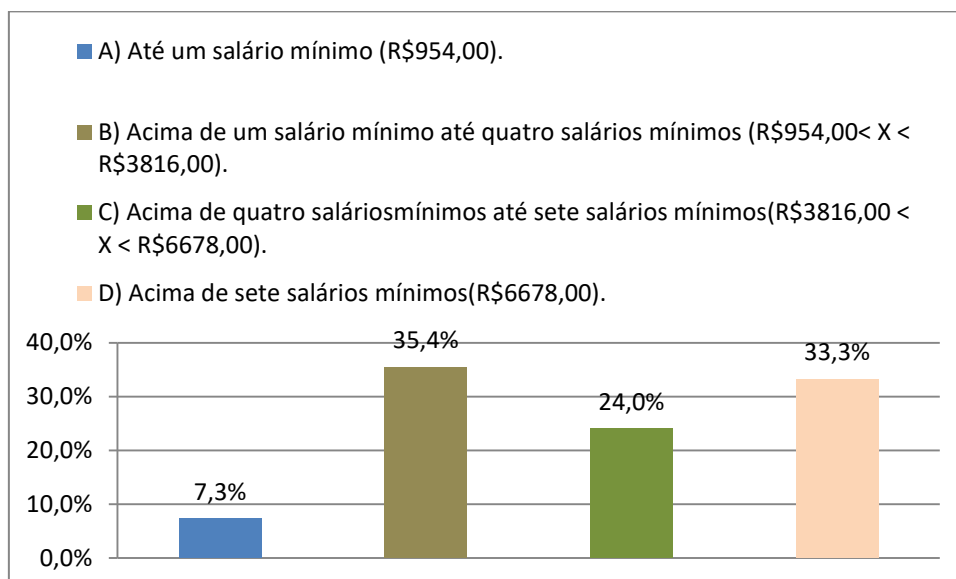
4 RESULTADOS DA PESQUISA DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA COMUNIDADE UFBA

Os objetivos principais da pesquisa são: i) entender os déficits que cada indivíduo possui em relação a conceitos que são falados, rotineiramente, na mídia ou em qualquer outro ambiente, além de outros importantes para se ter maior noção das opções que o mercado de investimento oferece; ii) outro ponto importante da pesquisa é ter um perfil dos hábitos e costumes na relação dos indivíduos com seus recursos escassos e investimento.

4.1 PERFIL SOCIOECÔNOMICO DOS ENTREVISTADOS

O gráfico 4 retrata o nível de renda familiar dos estudantes que participaram da pesquisa. A maior parte dos entrevistados possui renda familiar acima de um salário mínimo até quatro salários mínimos, correspondendo a 35,4%, seguido dos que possuem renda familiar acima de sete salários mínimos com 33,3%, os acima de quatro até sete salários mínimos (24%) e por ultimo aqueles com renda familiar de até um salário mínimo (7,3%).

Gráfico 4 – Renda Familiar (Estudantes).

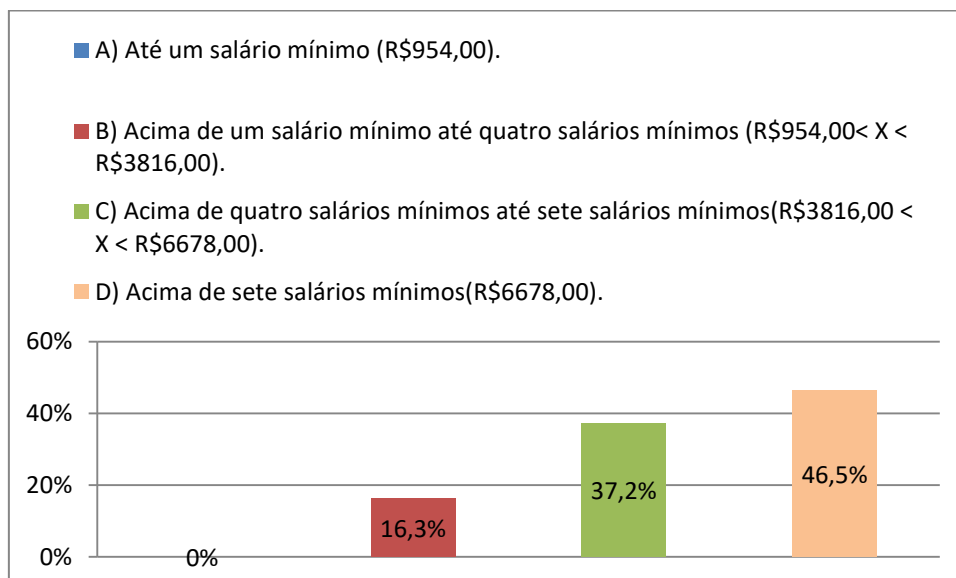


Fonte: Elaboração própria (2018).

A respeito da renda familiar dos servidores, o gráfico 5 demonstra que a maior parte dos entrevistados está na faixa dos acima de sete salários mínimos (46,5%), já 37,2% afirmaram possuir renda familiar acima de quatro até sete salários mínimos, enquanto 16,3% se

encontram na faixa acima de um a quatro salários mínimos. Entre os servidores não houve nenhuma resposta de renda familiar até um salário mínimo.

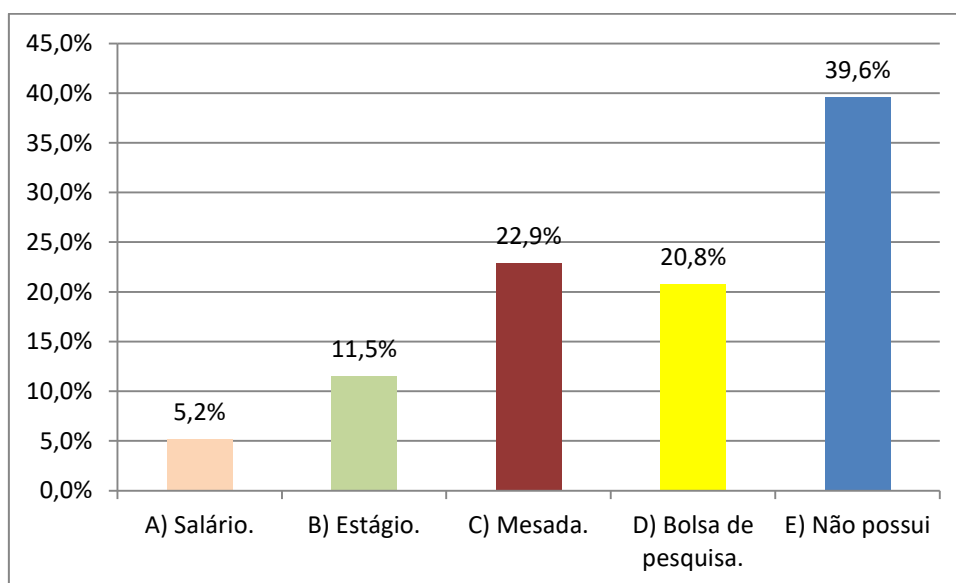
Gráfico 5 – Renda Familiar (Servidores).



Fonte: Elaboração própria (2018).

Entre os estudantes, grande parte dos entrevistados (39,6%) afirmam que sua renda pessoal não é proveniente de nenhuma das opções listadas, como mostra o gráfico 6. Outros 22,9% responderam receber mesada, 20,8% possuem renda pessoal através de bolsa de pesquisa, enquanto que 11,5% são estagiários e apenas 5,2% possui rendimento através de salário.

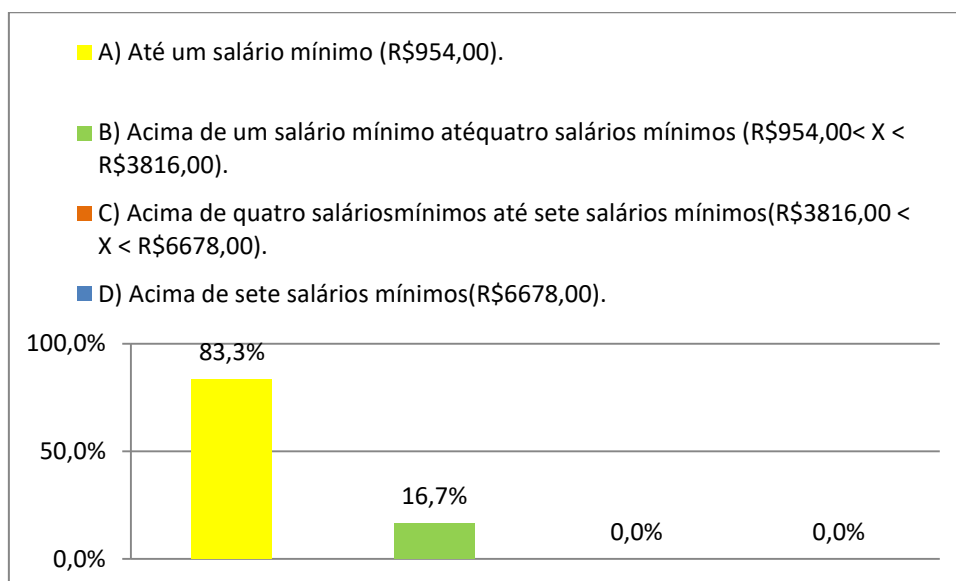
Gráfico 6 – Tipo de renda pessoal (Estudantes).



Fonte: Elaboração própria (2018).

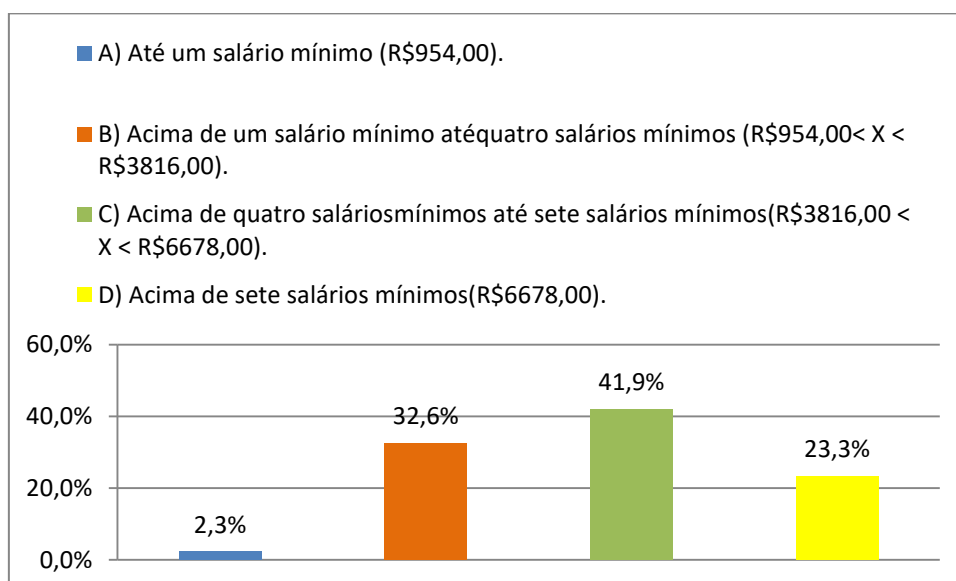
Com relação ao valor de rendimento pessoal dos estudantes (Gráfico 7), a grande maioria (83,3%) possui rendimento até um salário mínimo, enquanto apenas 16,7% possui renda pessoal acima de um até quatro salários mínimos. As demais opções oferecidas não foram citadas por nenhum dos estudantes entrevistados.

Gráfico 7 – Renda Pessoal (Estudantes).



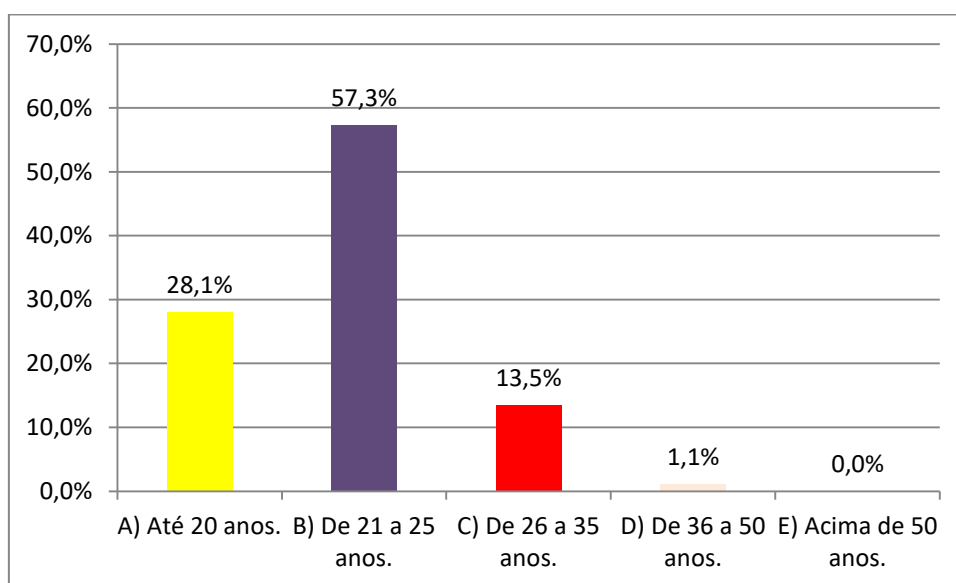
Fonte: Elaboração própria (2018).

Entre os servidores (Gráfico 8), a maior parte dos entrevistados afirmou possuir um rendimento pessoal acima de quatro até sete salários mínimos (41,9%). Outros 32,6% têm uma renda pessoal acima de um até quatro salários mínimos e 23,3% acima de sete salários mínimos. Apenas 2,3% respondeu ter uma renda pessoal até um salário mínimo.

Gráfico 8 – Renda Pessoal (Servidores).

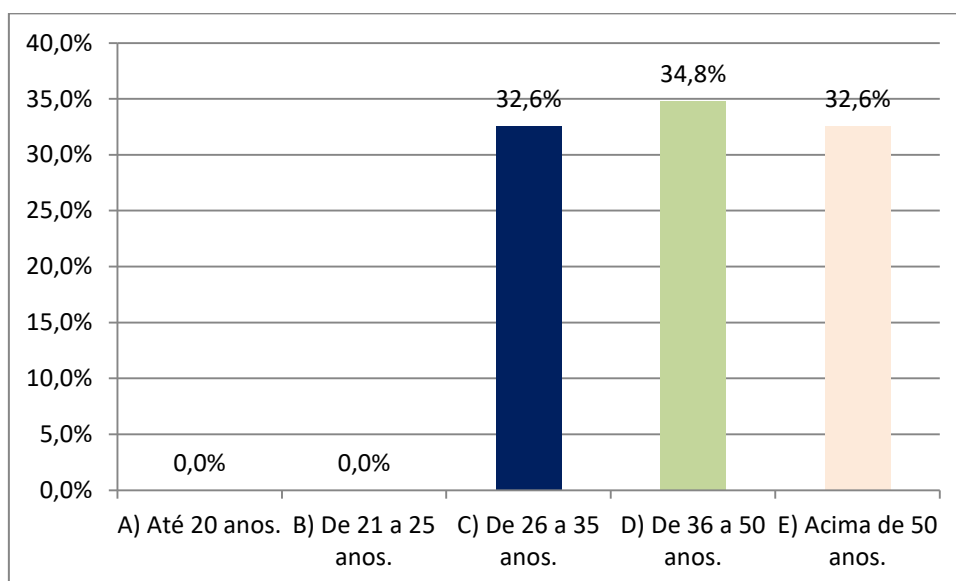
Fonte: Elaboração própria (2018).

O gráfico 9 representa as idades dos estudantes entrevistados. Dentre eles, a maioria se encontra na faixa etária de 21 a 25 anos (57,3%), em seguida estão as faixas etárias até 20 anos (28,1%) e de 26 a 35 anos (13,5%). Apenas 1,1% possui de 36 a 50 anos.

Gráfico 9 – Idade (Estudantes).

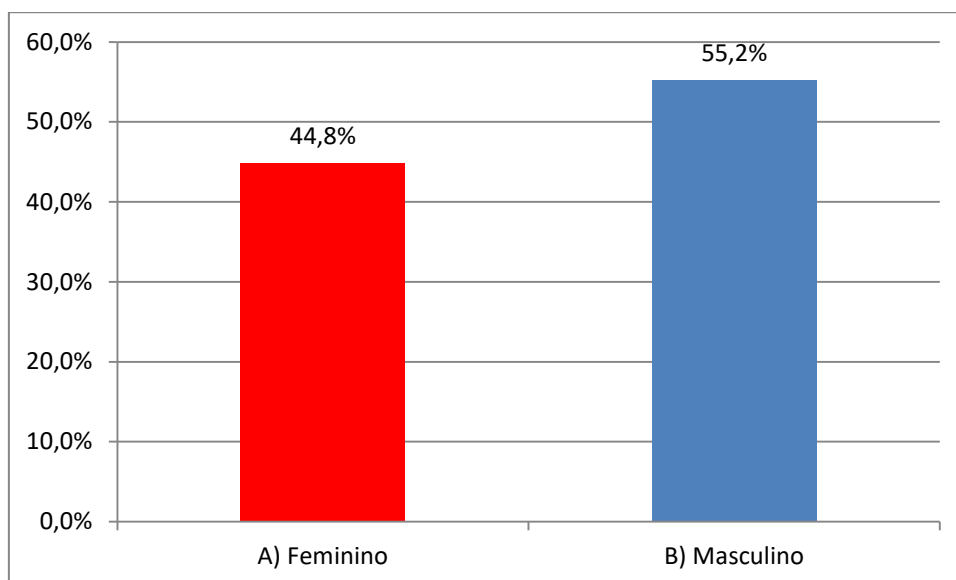
Fonte: Elaboração própria (2018).

A faixa etária entre os servidores (Gráfico 10) está bem equilibrada entre três delas. A maior parte dos entrevistados possui de 36 a 50 anos (34,8%), enquanto que tanto os acima de 50 anos como os de 26 a 35 anos, obtiveram 32,6% de respostas. Não houve resposta nas outras 2 faixas etárias listadas.

Gráfico 10 – Idade (Servidores).

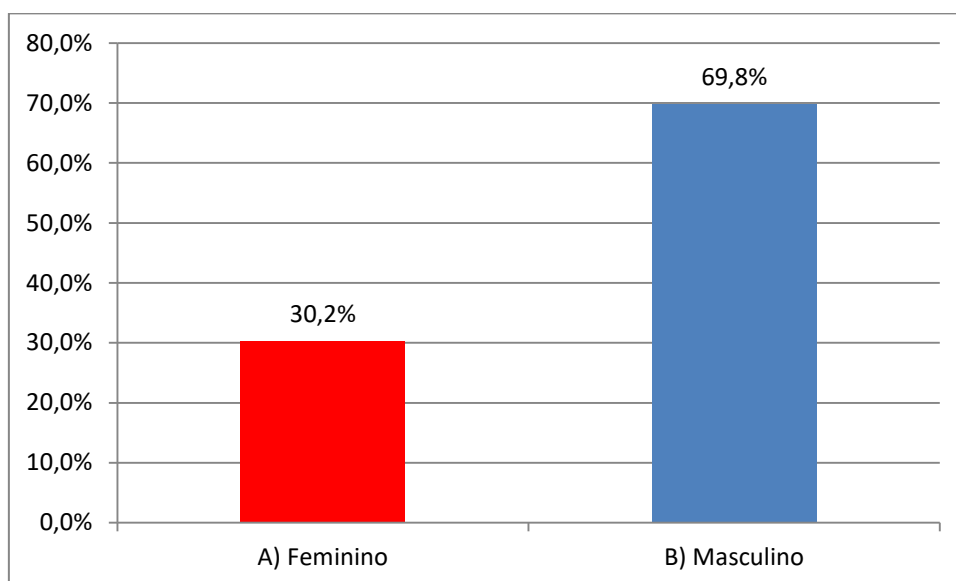
Fonte: Elaboração própria (2018).

Dentre os estudantes que responderam a pesquisa, 55,2% são homens e 44,38% são mulheres (Gráfico 11).

Gráfico 11 – Gênero (Estudantes).

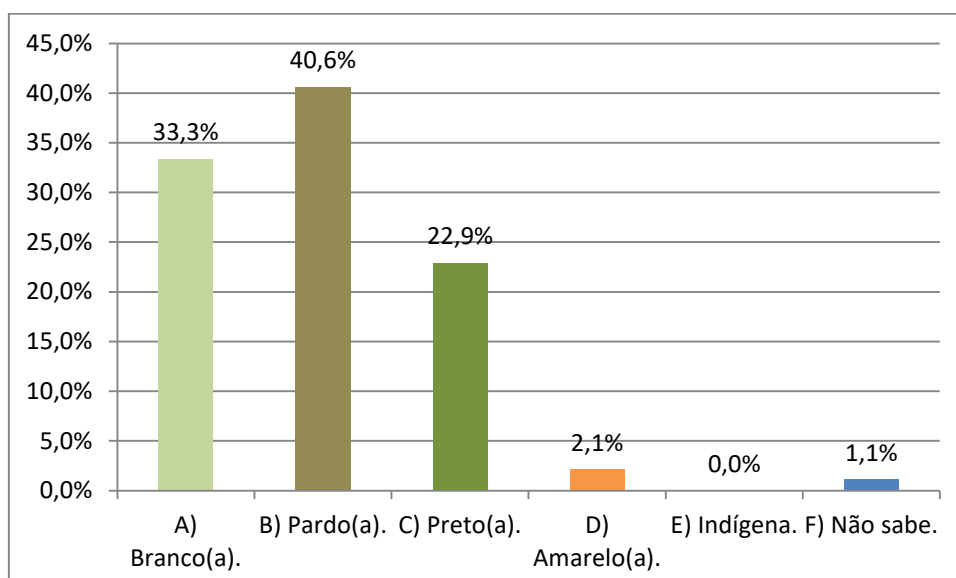
Fonte: Elaboração própria (2018).

Entre os servidores houve um número consideravelmente maior de homens (69,8%) e 30,2% de mulheres (Gráfico 12).

Gráfico 12 – Gênero (Servidores).

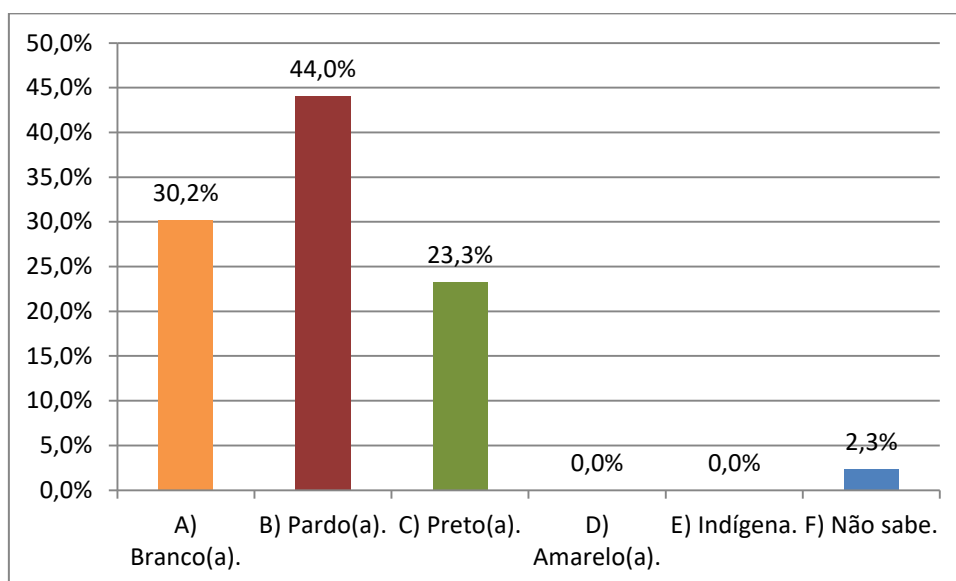
Fonte: Elaboração própria (2018).

Quando perguntados sobre a cor/raça, como mostra o gráfico 13, 40,6% dos estudantes entrevistados declararam ser pardos, outros 33,3% se declaram como brancos e 22,9% como pretos. Em número bem menor (2,1%) estão os que se declaram como amarelos e ainda 1,1% não soube definir. Não houve nenhum que se declarasse como indígena.

Gráfico 13 – Cor/Raça (Estudantes).

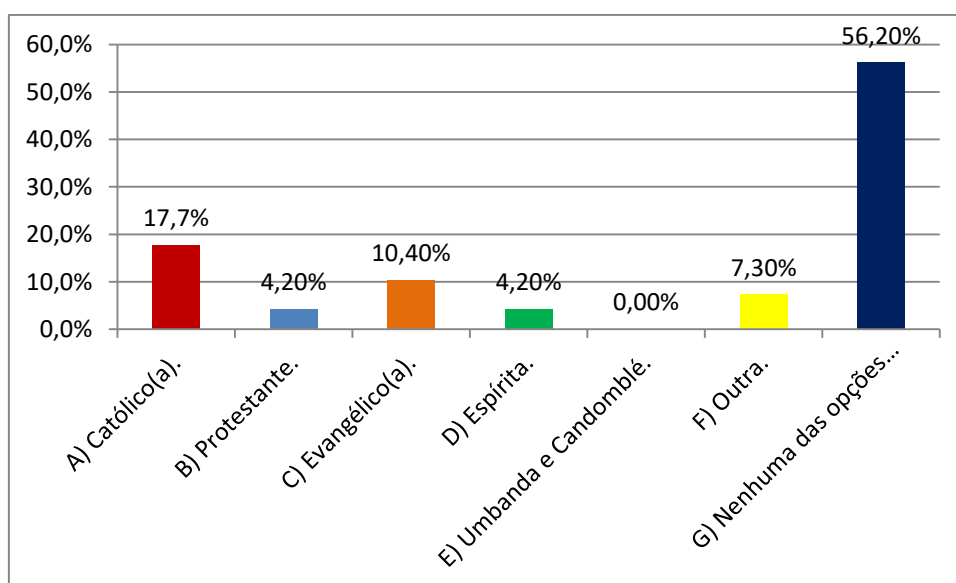
Fonte: Elaboração própria (2018).

A disposição de cor/raça dos servidores (Gráfico 14) ficou semelhante à dos estudantes. Dos entrevistados, 44% se declaram como pardos, 30,2% como brancos e 23,3% como pretos. Dentre os entrevistados, 2,3% não souberam responder.

Gráfico 14 – Cor/Raça (Servidores).

Fonte: Elaboração própria (2018).

O gráfico 15 demonstra como os estudantes responderam quanto à religião. A grande maioria (56,2%) afirma não se identificar com nenhuma das religiões citadas no questionário. A religião católica foi a resposta de 17,7% dos estudantes, seguida da evangélica (10,4%), outra (7,3%), espírita e protestante, ambas com 4,2%. A religião de umbanda e candomblé não obteve nenhuma resposta.

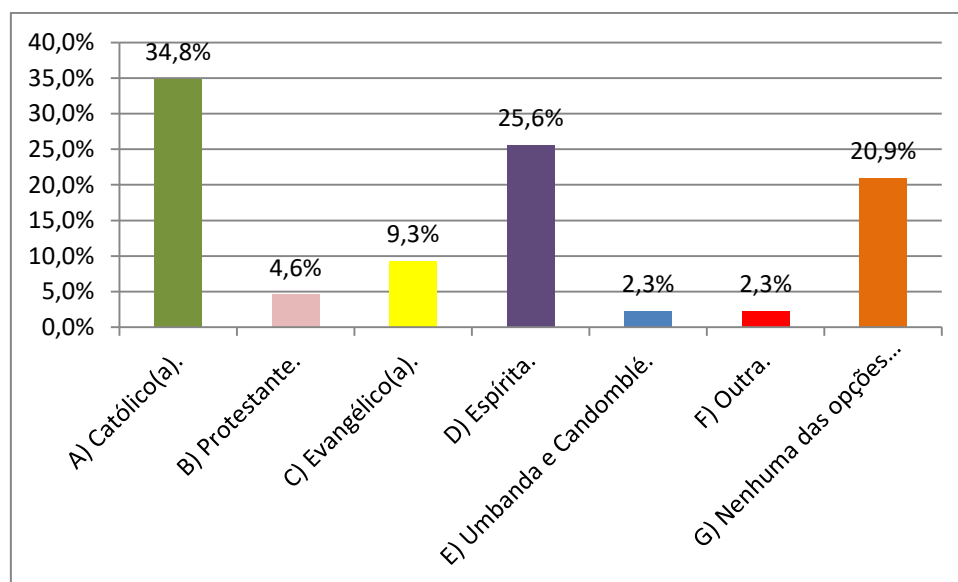
Gráfico 15 – Religião (Estudantes).

Fonte: Elaboração própria (2018).

Entre os servidores (Gráfico 16) o cenário é diferente. A maior parte dos entrevistados (34,8%) afirma serem católicos e em seguida estão os que se declararam espíritas (25,6%).

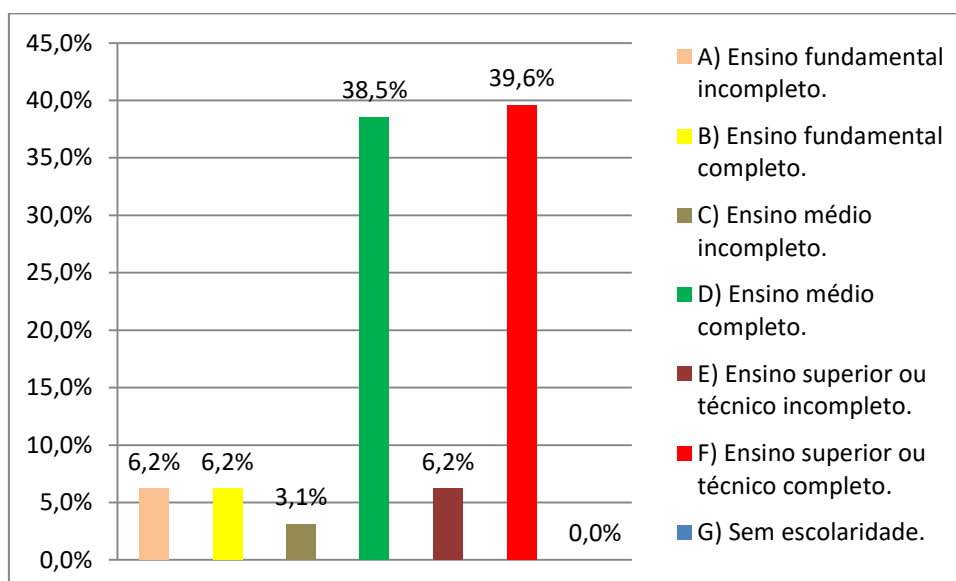
Em número bem menor comparado com as respostas dos estudantes, 20,9% afirmaram não que não se identificam com as religiões citadas. Além disso, 9,3% se declararam evangélicos, 4,6% protestantes, e os que possuem outra religião ao invés das opções oferecidas e aqueles que são de umbanda e candomblé correspondem a 2,3% cada.

Gráfico 16 – Religião (Servidores).



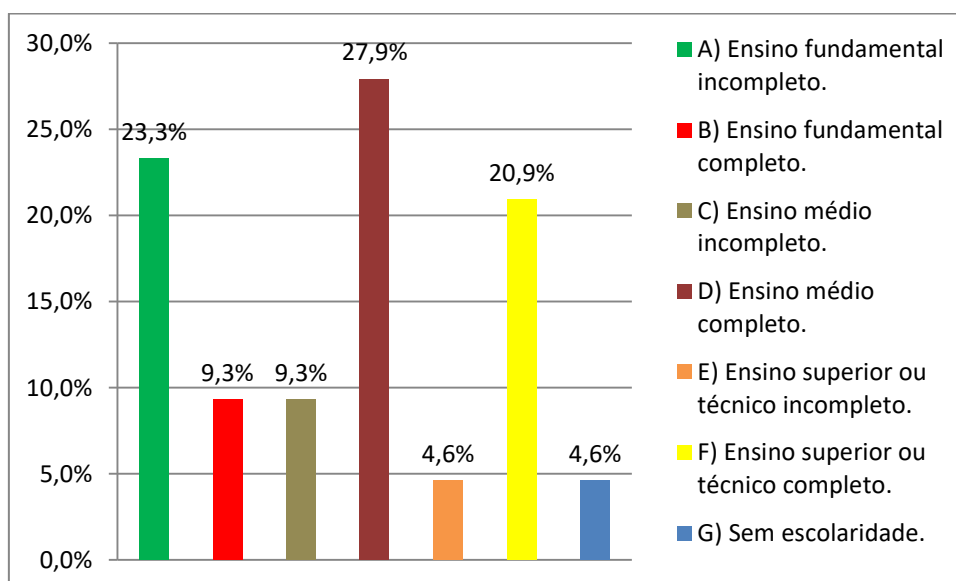
Fonte: Elaboração própria (2018).

No gráfico 17, que representa a escolaridade da mãe dos estudantes, a grande maioria das respostas se concentrou em dois níveis de escolaridade, 39,6% constitui mães com escolaridade com ensino superior ou técnico completo e 38,3% representando mães que possuem ensino médio completo. Os demais níveis se subdividem em: 6,2% cada com fundamental incompleto, fundamental completo e ensino superior ou técnico incompleto e por último 3,1% de mães que possuem ensino médio incompleto.

Gráfico 17 – Escolaridade da mãe (Estudantes).

Fonte: Elaboração própria (2018).

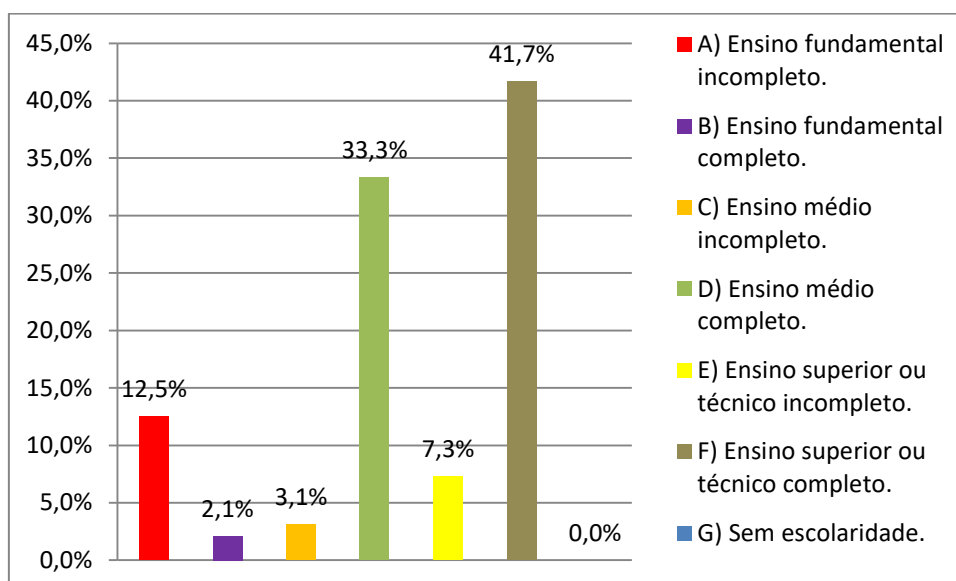
A respeito da escolaridade das mães dos servidores (Gráfico 18), a maior parte dos entrevistados (27,9%) afirma que as respectivas mães cursaram até o ensino médio completo. Em seguida estão as mães que possuem ensino fundamental incompleto (23,3%), ensino superior ou técnico completo (20,9%), ensino médio incompleto e fundamental completo (9,3%) cada, por último estão as que cursaram ensino superior ou técnico incompleto (4,6%) e as que não possuem escolaridade (4,6%).

Gráfico 18 – Escolaridade da mãe (Servidores).

Fonte: Elaboração própria (2018).

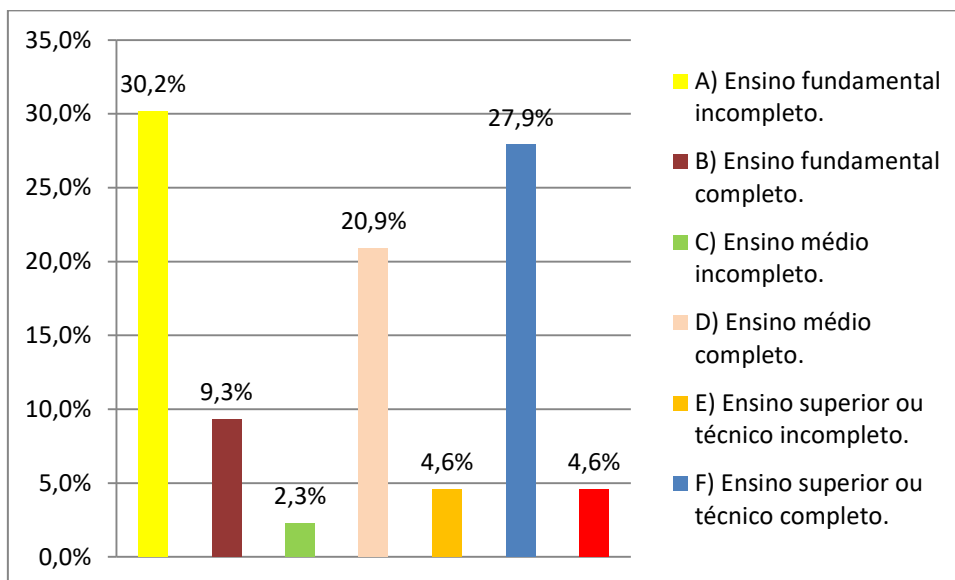
Quanto à escolaridade dos pais dos estudantes entrevistados, o gráfico 20 demonstra semelhança nos perfis dos pais e mães. Dois níveis de escolaridades dos pais também são bastante perceptíveis aqui, tendo o ensino superior ou técnico completo com maior número de respostas (41,7%) e o ensino médio completo logo em seguida (33,3%). Os demais níveis de escolaridade dos pais ficaram dispostos da seguinte maneira: ensino fundamental incompleto (12,5%); ensino superior ou técnico incompleto (7,3%); ensino médio incompleto (3,1%); ensino fundamental completo (2,1%); ensino fundamental completo (2,1%).

Gráfico 19 – Escolaridade do pai (Estudantes).



Fonte: Elaboração própria (2018).

A escolaridade dos pais dos servidores possui algumas diferenças na estrutura em relação à escolaridade das mães, como mostra o gráfico 20. Enquanto o ensino médio completo foi o mais relatado entre as mães dos servidores, com relação à escolaridade dos pais, a mais relatada foi o ensino fundamental incompleto (30,2%). O ensino superior ou técnico completo aparece em segundo lugar (27,9%) e o ensino médio completo em terceiro (20,9%). Os demais níveis de escolaridade dos pais ficaram dispostos da seguinte maneira: ensino fundamental completo (9,3%); ensino superior ou técnico incompleto e sem escolaridade com 4,6% cada; por fim o ensino médio incompleto (2,3%).

Gráfico 20 – Escolaridade do pai (Servidores).

Fonte: Elaboração própria (2018).

Os dados socioeconômicos têm impactos na Educação Financeira dos indivíduos. Potrich, Vieira e Kirsch (2015) desenvolveram um modelo, a partir de variáveis socioeconômicas e demográficas. A amostra consiste de 1400 indivíduos residentes no Rio Grande do Sul. A pesquisa realizada por eles constatou que o gênero, a escolaridade, a renda própria e renda familiar possuem um efeito positivo no nível de Educação Financeira. A pesquisa indica que os indivíduos do gênero masculino que não possuem dependentes e têm maiores níveis de escolaridade e de rendas própria e familiar são os que apresentam maior propensão a pertencer ao grupo com alto nível de alfabetização financeira.

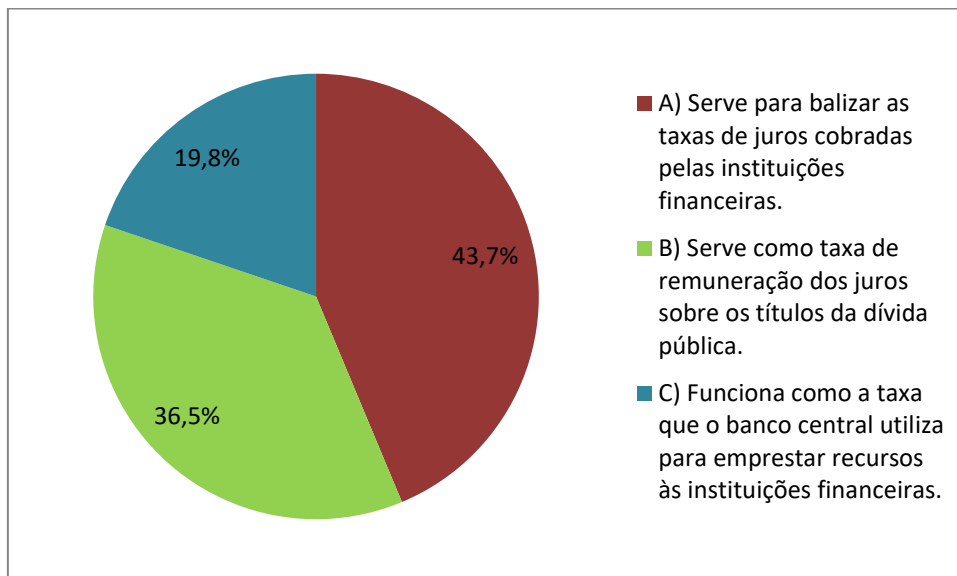
Como a escolaridade é um fator que tem uma influencia positiva na Educação Financeira, consequentemente, um maior nível de escolaridade de pais e mães tendem a contribuir para uma melhor Educação Financeira dos filhos, visto que, boa parte da orientação dos indivíduos costuma vir do ambiente familiar.

3.2 CONHECIMENTOS BÁSICOS DE ECONOMIA

A taxa de juros Selic é um conceito técnico que a todo o momento é mencionado em notícias sobre economia, porém existe muita dúvida quanto a sua real finalidade. Como pode ser visto no gráfico 21, menos da metade (43,7%) dos estudantes responderam corretamente sobre a função principal da taxa de juros Selic, representada pela alternativa A. Muitos escolheram a opção B (36,5%), porém, apesar da taxa Selic servir como parâmetro para remuneração de títulos pré-fixados, o mesmo não ocorre com os títulos pós-fixados, que são indexados à

inflação mais uma taxa definida. Outros 17,3% acreditam que a taxa Selic seria uma taxa que o banco central utiliza para emprestar recursos às instituições financeiras.

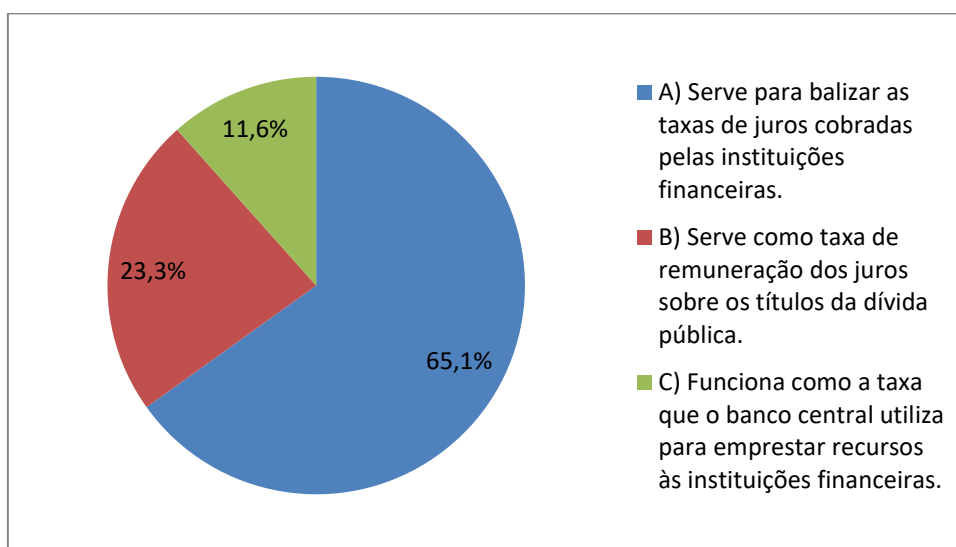
Gráfico 21 – Para que serve a taxa de juros Selic? (Estudantes).



Fonte: Elaboração própria (2018).

Questionados sobre a função da taxa de juros Selic, os servidores tiveram um maior índice de acerto do que os estudantes (Gráfico 22). Dentre os servidores que responderam à questão, 65,1% acertaram. Outros 23,3% acreditam que a taxa de juros Selic é a remuneração dos títulos da dívida pública e 11,6% responderam que funciona com a taxa que o banco central utiliza para emprestar recursos às instituições financeiras.

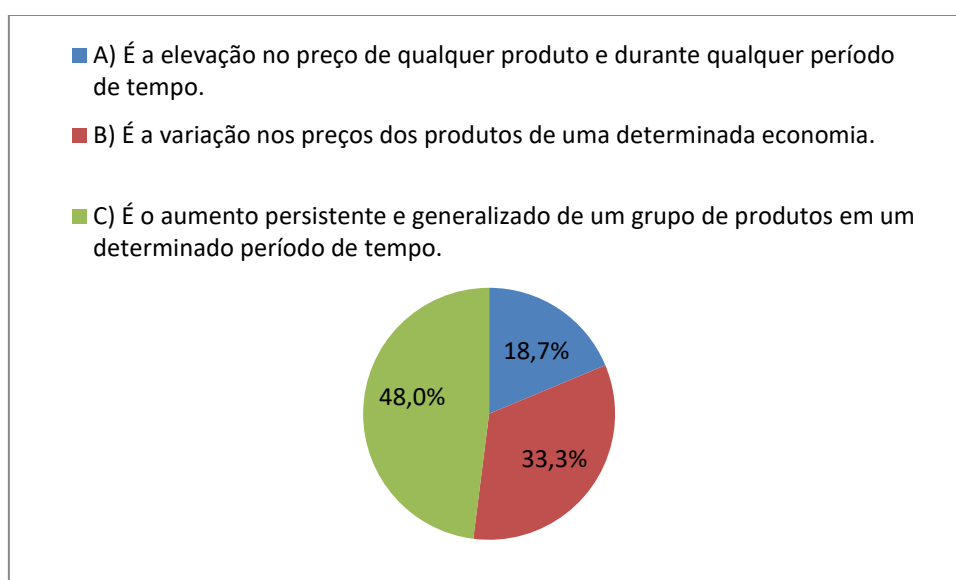
Gráfico 22 – Para que serve a taxa de juros Selic? (Servidores).



Fonte: Elaboração própria (2018).

Apesar de ser um conceito simples, houve muita dúvida entre os entrevistados sobre qual era exatamente o conceito de inflação. Mais da metade dos estudantes não soube responder exatamente o que seria inflação, 48,0% acertaram que se trata do aumento persistente e generalizado de um grupo de produtos em um determinado período de tempo, enquanto que 33,3% acredita que se trata da variação nos preços dos produtos de uma determinada economia, um dos equívocos dessa proposição é o fato de que variações podem ser tanto positivas quanto negativas, e uma redução nos preços caracterizaria uma deflação. Outros 18% responderam que se trata da elevação no preço de qualquer produto e durante qualquer período de tempo.

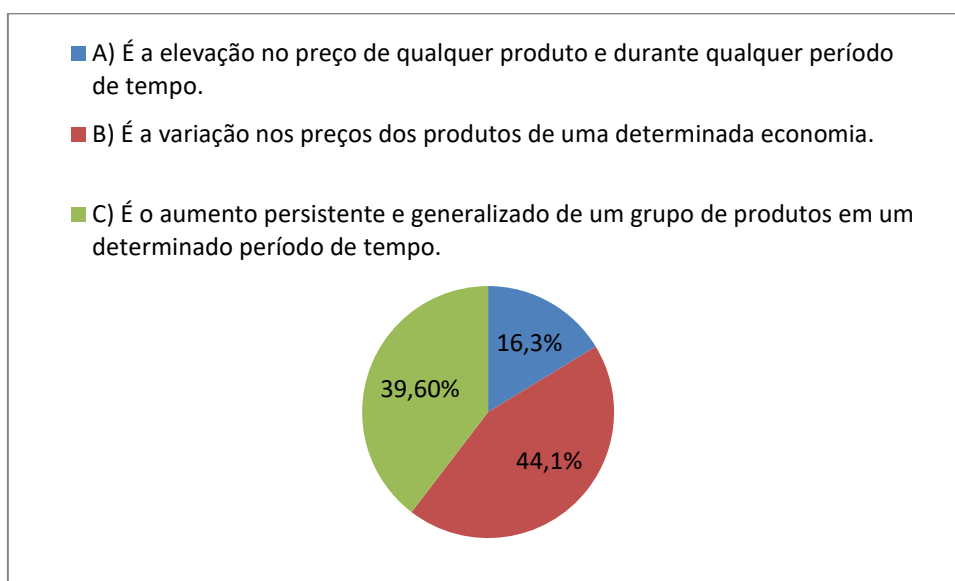
Gráfico 23 – O que é inflação? (Estudantes).



Fonte: Elaboração própria (2018).

Ao contrário do conceito anterior sobre a taxa Selic, que os servidores acabaram tendo um maior índice de acerto, sobre a inflação os estudantes acertaram mais. Como pode ser visto no gráfico 24 a maior parte dos servidores (60,4%) errou o conceito. A resposta mais selecionada foi que a inflação seria a variação nos preços dos produtos de uma determinada economia (44,1%). Houve 39,6% que responderam corretamente e 16,3% acreditam que a inflação significa uma elevação no preço de qualquer produto e durante qualquer período de tempo.

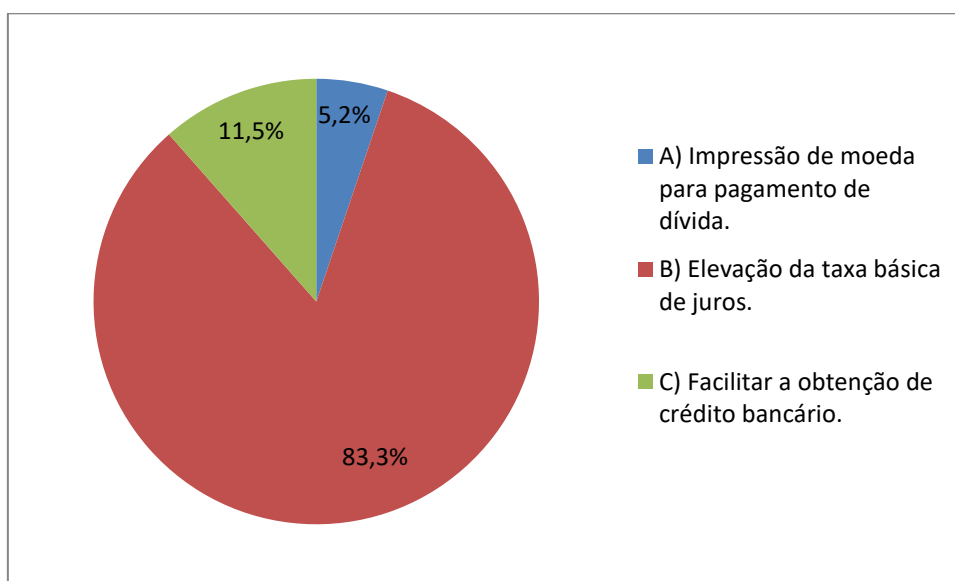
Gráfico 24 – O que é inflação? (Servidores).



Fonte: Elaboração própria (2018).

Quando perguntados sobre quais ações políticas teriam como objetivo o controle da inflação (Gráfico 25), 83,3% dos estudantes responderam corretamente. Contraditoriamente, 11,5% optaram pela opção de facilitar a obtenção de crédito bancário, que teria impacto contrário do objetivo em questão e outros 5,2% acreditam que o ideal seria a impressão de moeda para pagamento de dívida.

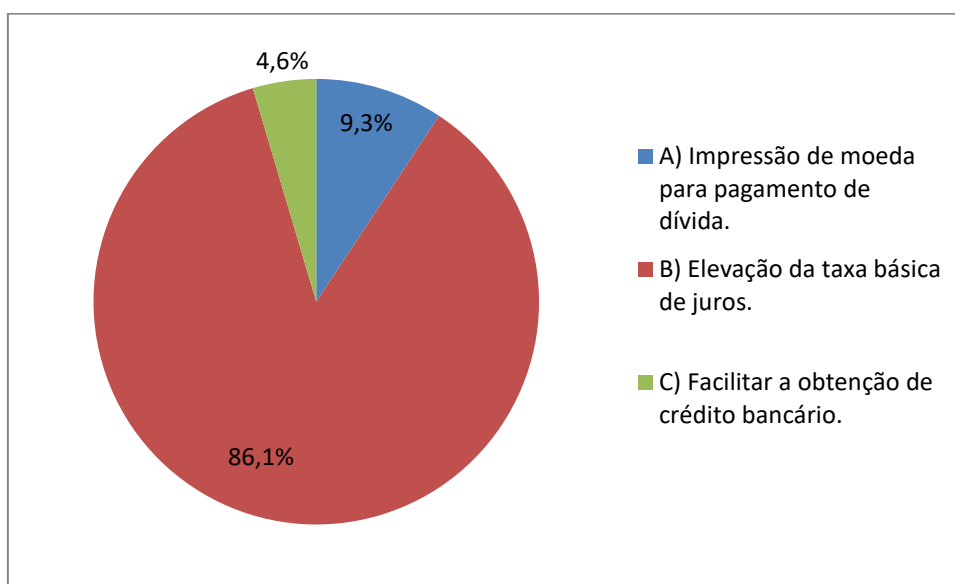
Gráfico 25 – Ações políticas com o objetivo de controle da inflação. (Estudantes).



Fonte: Elaboração própria (2018).

O índice de acerto dos servidores e estudantes nessa questão foi parecido (Gráfico 26). Dentre os servidores, 86,1% responderam corretamente que a ação política com objetivo de controle da inflação seria a elevação da taxa básica de juros. Dos 13,9% que escolheram as opções erradas, a impressão de moeda para pagamento da dívida foi a escolha de 9,3% dos servidores, enquanto que 4,6% optaram pela facilitação do crédito bancário.

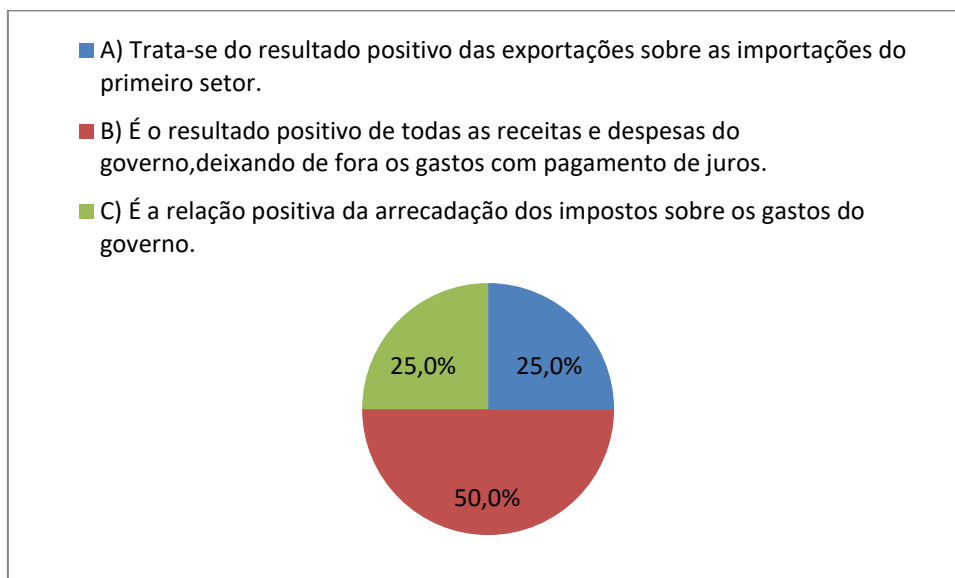
Gráfico 26 – Ações políticas com o objetivo de controle da inflação. (Servidores).



Fonte: Elaboração própria (2018).

É bem comum ler ou ouvir que o governo está em busca de atingir o superávit primário, mas poucos sabem exatamente do que se trata. Como mostra o gráfico 27, metade dos estudantes respondeu corretamente sobre a definição de superávit primário (50,0%), o resultado positivo de todas as receitas e despesas do governo, deixando de fora os gastos com pagamentos de juros, expressada pela alternativa B. Outros 25% acreditam que se trata do resultado positivo das exportações sobre as importações do primeiro setor, enquanto que também 25,0% responderam que é quando o governo arrecada mais impostos do que gasta.

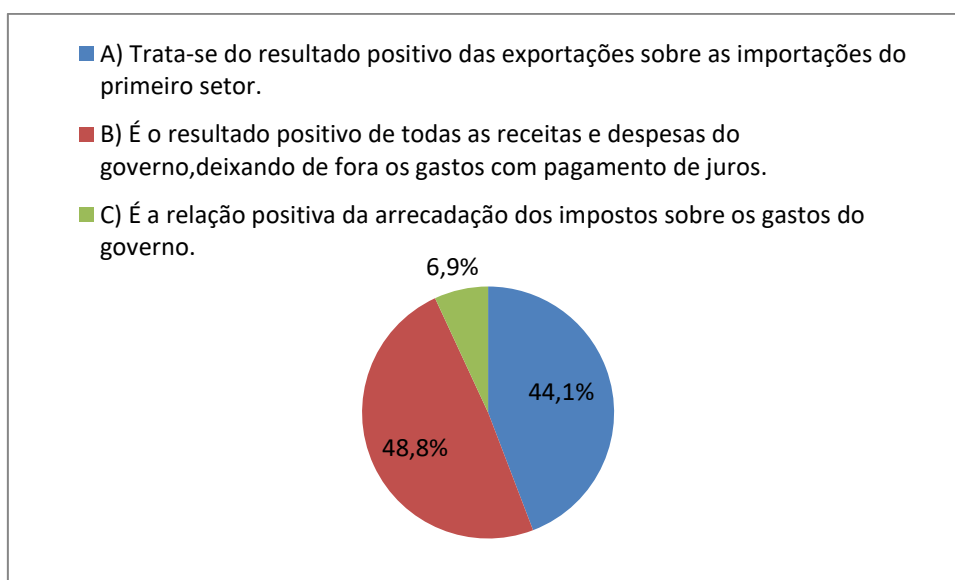
Gráfico 27 – O que é um superávit primário? (Estudantes).



Fonte: Elaboração própria (2018).

Na concepção de 48,8% dos servidores questionados na pesquisa, o conceito de superávit primário está correto (Gráfico 28). Por outro lado, provavelmente confundidos pela palavra “primário” e uma das alternativas conter a expressão “primeiro setor”, muitos responderam (44,1%) que o superávit primário seria o resultado positivo das exportações sobre as importações do primeiro setor. Poucos (6,9%) responderam a alternativa C.

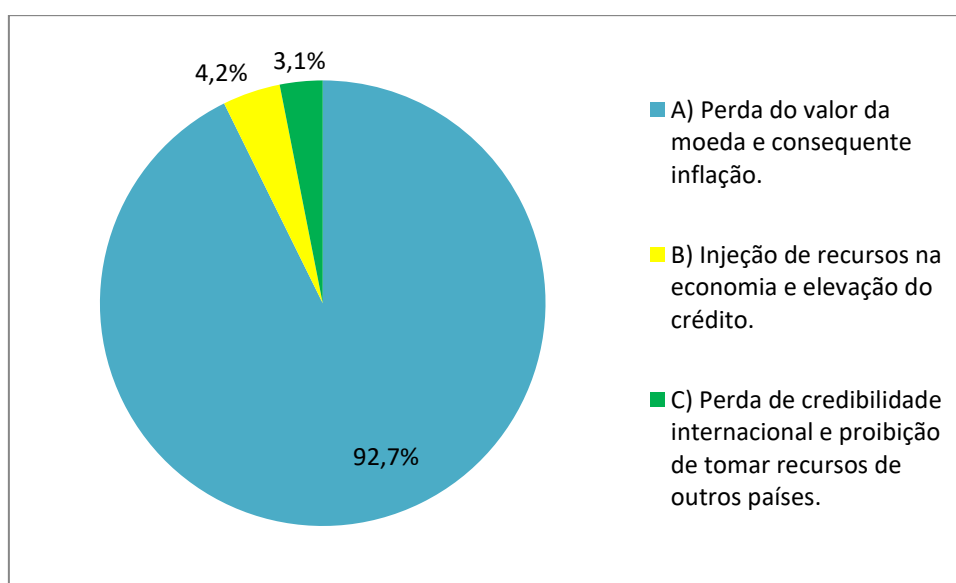
Gráfico 28 – O que é um superávit primário? (Servidores).



Fonte: Elaboração própria (2018).

A consequência da impressão desordenada de moeda por parte do governo parece ser bem conhecida pelas pessoas, já que 92,7% dos estudantes responderam corretamente que a moeda perderia seu valor e consequentemente geraria inflação (Gráfico 29). Dentre os demais, 4,2% acreditam que a consequência é uma injeção de recursos na economia e elevação do crédito e outros 3,1% que geraria uma perda de credibilidade internacional e proibição de tomar recursos estrangeiros.

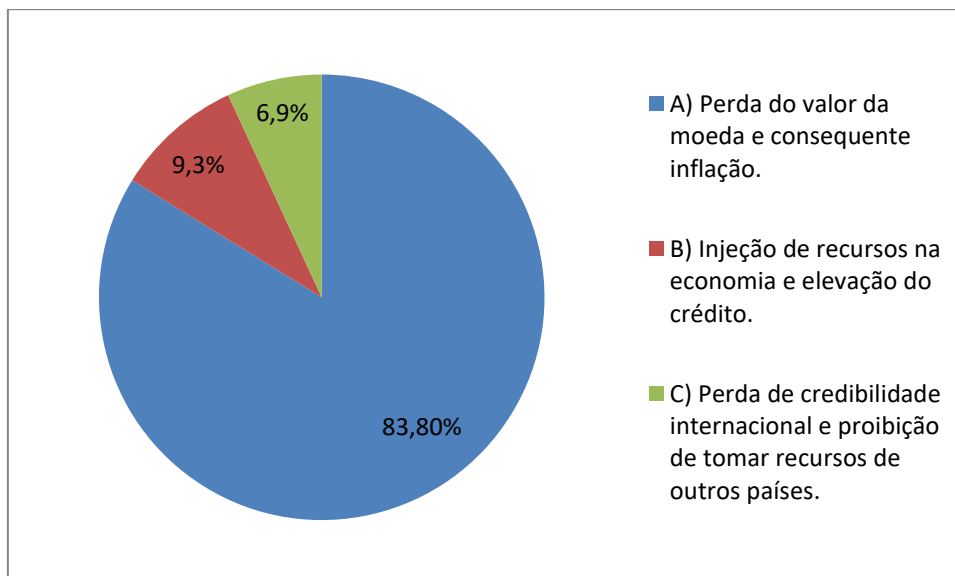
Gráfico 29 – Qual a consequência da decisão do governo de imprimir moeda desordenadamente? (Estudantes)



Fonte: Elaboração própria (2018).

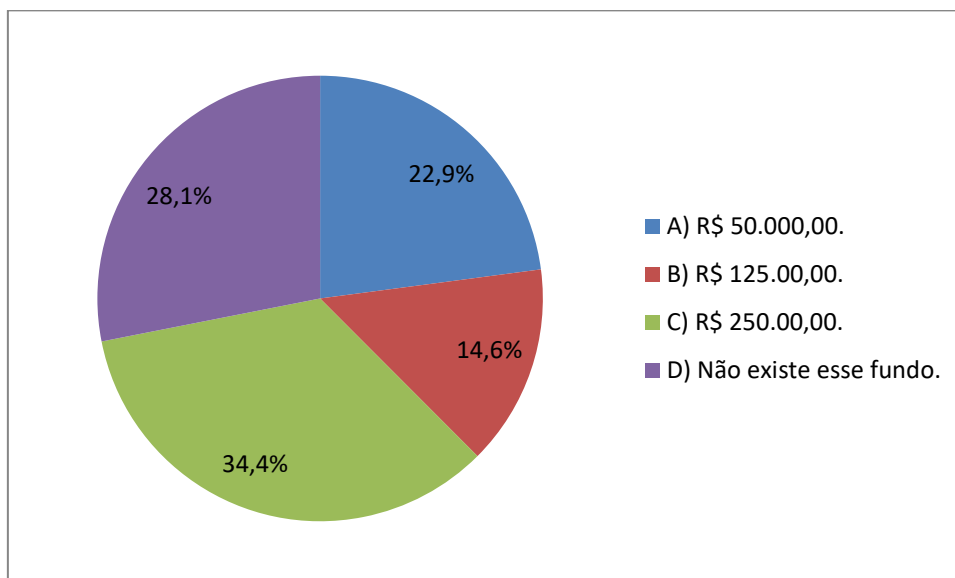
Apesar de um menor número de acerto com relação aos estudantes, a grande parte dos servidores questionados também entende qual seria a consequência da decisão do governo de imprimir moeda desordenadamente, tendo 83,8% de respostas corretas, como pode ser visto no gráfico 30. Dentre o restante, 9,3% acredita que haveria injeção recursos na economia e elevaria o crédito, enquanto que 6,9% acha que o país perderia credibilidade internacional e seria proibido de tomar recursos de outros países.

Gráfico 30 – Qual a consequência da decisão do governo de imprimir moeda desordenadamente? (Servidores).



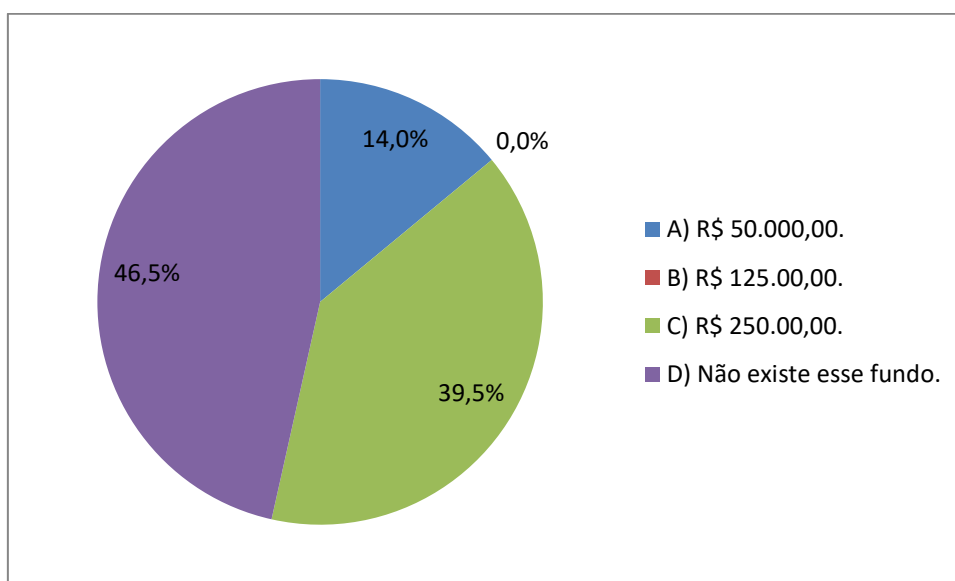
Fonte: Elaboração própria (2018).

O fundo garantidor de crédito não é muito bem difundido dentre a população, poucos sabem da existência deste fundo que permite recuperar depósitos ou créditos mantidos em instituição financeira, até o valor de 250 mil reais, em caso de intervenção, de liquidação ou de falência. Quando questionados sobre a existência deste fundo e qual seria o valor dele, apenas 34,4% dos estudantes acertaram o valor que seria resguardado (Gráfico 31). Dos 63,6% que não sabia na existência ou do valor do fundo, 28,1% acreditam que não existe o FGC, outros 22,9% acham que ele ampara apenas 50 mil reais, enquanto que 14,6% acreditam que esse valor seria de 125 mil reais.

Gráfico 31 – Valor do fundo garantidor de crédito ou FGC. (Estudantes).

Fonte: Elaboração própria (2018).

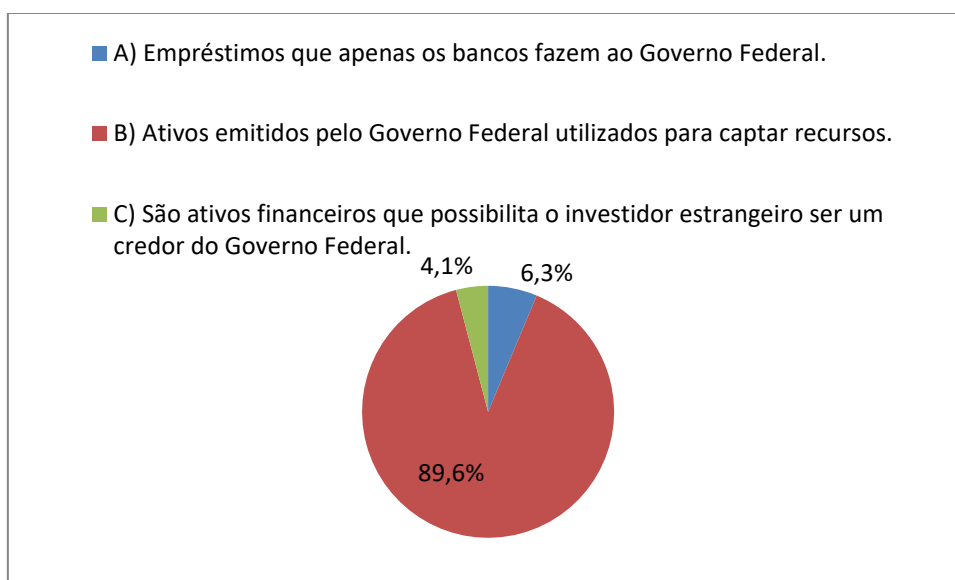
A descrença na existência do fundo é ainda maior entre os servidores. O gráfico 32 demonstra que 46,5% dos servidores não acreditam que o FGC exista, dentre os que acreditam na existência do fundo, 39,5% acertaram o valor que ele resguarda de 250 mil e 14% acha que o valor seria de 50 mil. Nenhum dos servidores questionados optou pela opção cujo valor do FGC é 125 mil.

Gráfico 32 – Valor do fundo garantidor de crédito ou FGC. (Servidores).

Fonte: Elaboração própria (2018).

O título público é um recurso utilizado pelo governo federal para captação de recursos. Pessoas físicas têm acesso a esse tipo de investimento, tornando-se credoras do Estado e seus rendimentos costumam valer mais a pena do que a poupança, por exemplo, com uma boa margem de segurança. O conceito de título público não é estranho à população, como mostra a pesquisa, na qual 89,6% dos estudantes responderam corretamente do que se trata um título público (Gráfico 33). Uma pequena parcela ainda não tem muita noção do que se trata (10,4%), que se dividiram em achar que se tratava de ativos financeiros que possibilita apenas investidor estrangeiro ser credor do Estado (4,1%) e outros 6,3% que pensam serem empréstimos apenas para bancos.

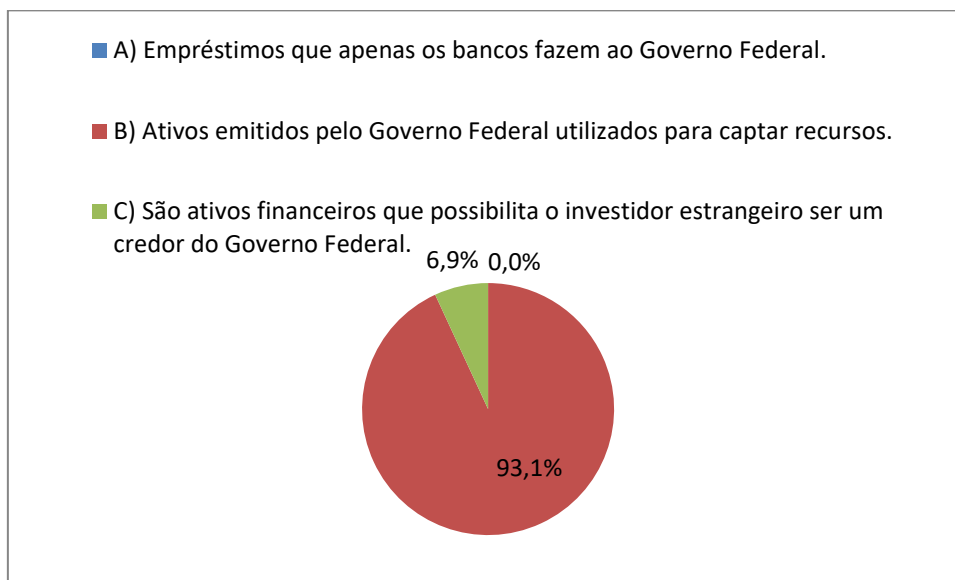
Gráfico 33 – O que são títulos públicos? (Estudantes).



Fonte: Elaboração própria (2018).

Assim como no caso dos estudantes, os servidores também tem uma boa noção do que é um título público. Como pode ser visto no gráfico 34, dentre os servidores questionados, 93,1% responderam de maneira correta. Apenas 6,9% optou erroneamente pela opção C.

Gráfico 34 – O que são títulos públicos? (Servidores).

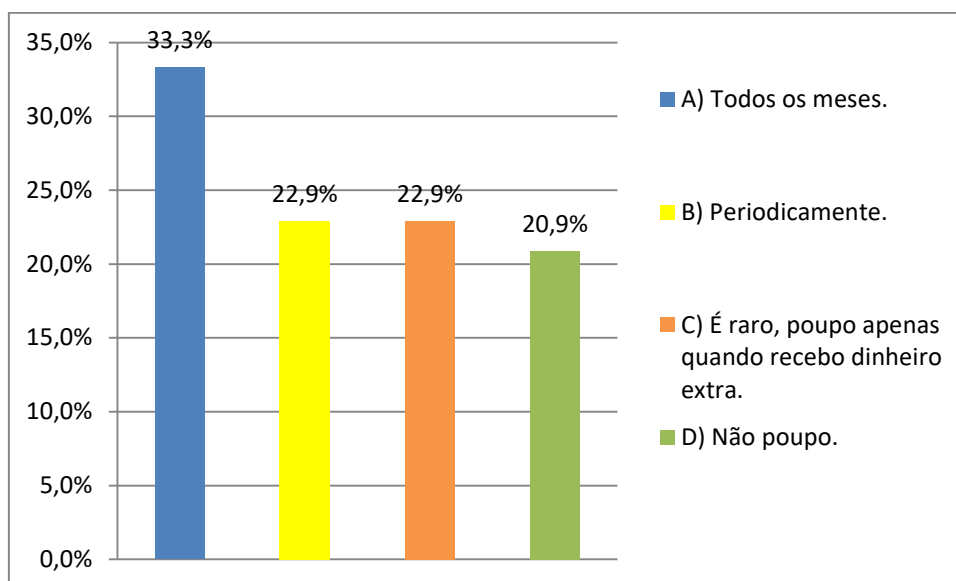


Fonte: Elaboração própria (2018).

Quanto ao nível de conhecimento básico em economia, tanto estudantes como servidores ainda parecem possuir dúvidas sobre alguns conceitos. O desconhecimento da existência do fundo garantidor de crédito ficou bem evidente na maioria das respostas. Conceitos de inflação, utilidade da taxa de juros Selic e superávit primário, também tiveram respostas bem divergentes. Tudo isso demonstra que o conhecimento financeiro ainda precisa ser mais disseminado. Conceitos que são recorrentes no dia a dia ou outros importantes, como o FGC, na redução do risco e consequente maior segurança de investimento, ainda não são tão conhecidos dentre os entrevistados.

3.3 COMPORTAMENTO COM RELAÇÃO À POUPANÇA E INVESTIMENTO

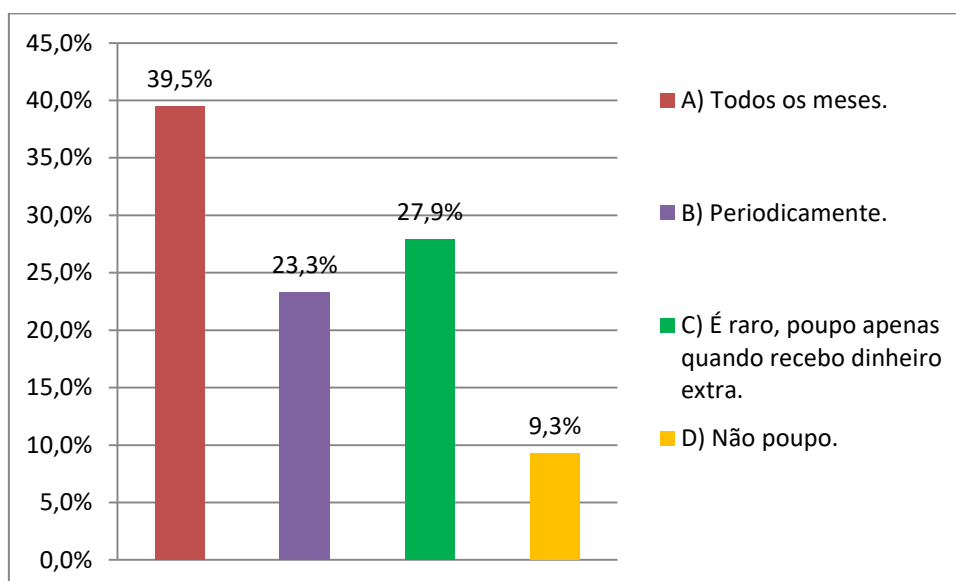
Quanto aos hábitos de poupança, a primeira pergunta foi sobre a regularidade que as pessoas costumam poupar. Como demonstra o gráfico 35, uma grande parte dos estudantes afirma poupar todos os meses (33,3%), já 22,9% responderam que só pouparam quando recebe algum dinheiro extra e também 22,9% afirmaram que pouparam em alguns períodos. Em menor número (17%), responderam que não pouparam nada.

Gráfico 35 – Regularidade a poupar. (Estudantes).

Fonte: Elaboração própria (2018).

O nível de poupança entre os servidores é maior do que dos estudantes, provavelmente devido a possuir mais recursos à disposição (Gráfico 36). A maior parte dos servidores pouparam todos os meses (39,5%), em seguida estão os que só pouparam caso receba algum dinheiro extra (27,9%) e 23,3% pouparam em certos períodos. Apenas 9,3% dos servidores declararam que não pouparam nunca.

O hábito da poupança é um ponto de suma importância para aqueles que buscam uma independência financeira. O ideal é que todos busquem reservar a porcentagem que lhes couber, de acordo com suas necessidades de gastos, para algum tipo de investimento. Segundo Cerbassi (2013), o dinheiro que é investido por acaso, e não aquele que se faz com regularidade, precisa apenas de uma desculpa para ser desinvestido.

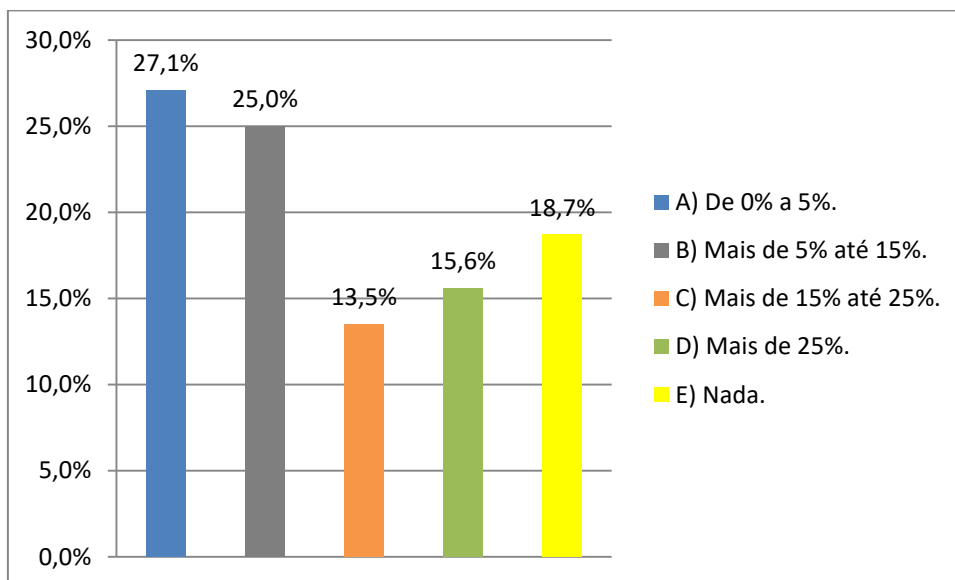
Gráfico 36 – Regularidade a poupar. (Servidores).

Fonte: Elaboração própria (2018).

A quantidade de recursos que cada um poupa tem como principais fatores o rendimento do indivíduo e o nível de gastos. Uma pessoa que ganhe um salário mínimo e com família para sustentar, sendo a única fonte de renda da casa, dificilmente conseguiria poupar uma grande quantidade de sua renda, ou até mesmo poupar algo.

A quantidade de comprometimento com a poupança se apresentou baixa entre os estudantes (Gráfico 37). Dos entrevistados, 27,1% admitiram que pouparam de 0% a 5% da sua renda, seguido dos que pouparam acima de 5% até 15% com 25,0%, em terceiro ficaram aqueles que não pouparam nada (18,7%), por fim, com 15,6%, estão os que pouparam mais de 25% e 13,5% alegam poupar mais de 15% até 25% do rendimento pessoal.

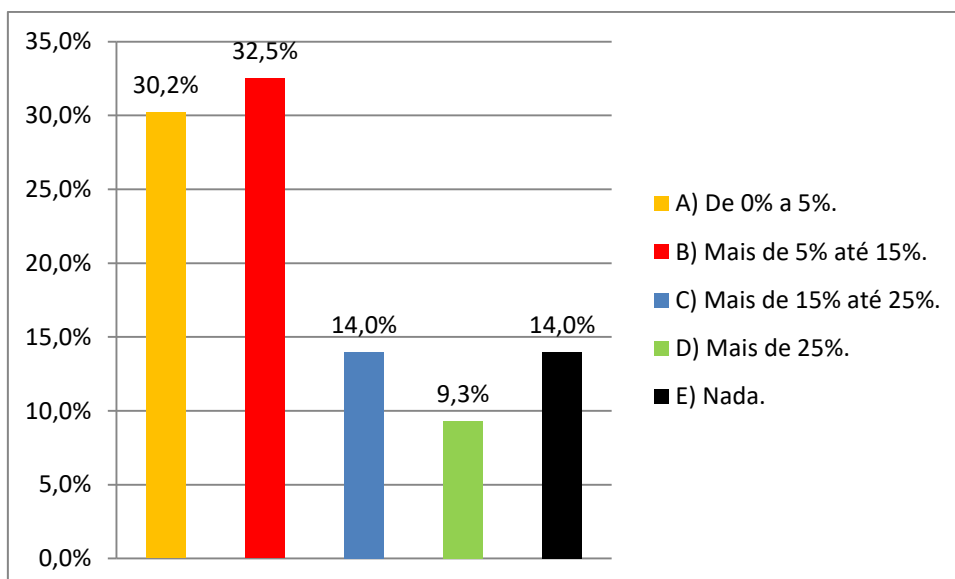
O planejamento financeiro deve ser independente do nível de renda, portanto, apesar de o nível de renda pessoal dos estudantes ainda não ser muito elevado, é importante que se crie uma mentalidade de poupança, principalmente por estar em um período da vida em que ainda não possuem tantas responsabilidades financeiras.

Gráfico 37 – Percentual da renda destinada à poupança. (Estudantes).

Fonte: Elaboração própria (2018).

Dentre os servidores (Gráfico 38), a maior parte (32,5%) admitiu poupar mais de 5% até 15% da renda e 30,2% revelaram que pouparam de 0% a 5%. Empatados com 14% estão os que pouparam mais de 15% até 25% ou nada e, por último, 9,3% declaram poupar mais de 25% da renda.

O simples ato de poupar também não é suficiente, é necessário conhecer as melhores opções de investimento que o mercado oferece para a quantidade de recursos que possui e que sejam compatíveis com seus planos de longo prazo.

Gráfico 38 – Percentual da renda destinada à poupança. (Servidores).

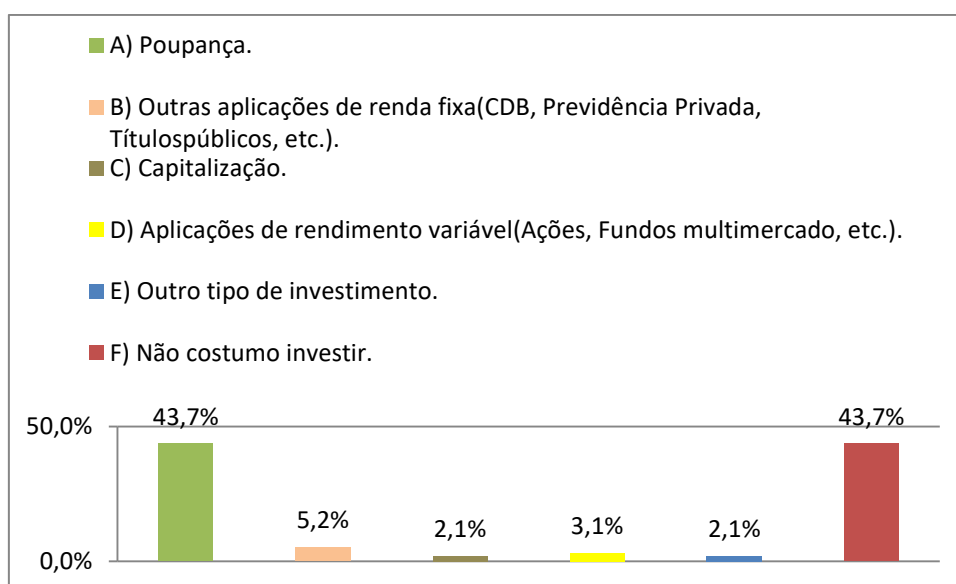
Fonte: Elaboração própria (2018).

Neste ponto da pesquisa se percebe como ainda é pouco difundido qualquer outro tipo de investimento que não seja a poupança. Quase a metade dos entrevistados respondeu que dedicam seu investimento na caderneta de poupança (48,2%).

No gráfico 35 foi visto que 20,8% dos estudantes decidem não poupar, enquanto que o gráfico 39 informa que 43,7% não costuma investir. Sendo assim, existe um gap de 22,9% de pessoas que economizam alguma parte de sua renda, porém opta por não investir, o que seria uma alocação ineficiente dos recursos, já que estaria em mãos apenas perdendo valor.

O investimento mais procurado entre os estudantes, segundo a pesquisa, com 43,7%, é a poupança. Os demais investimentos representam uma parcela muito pequena do portfólio dos estudantes, visto que 87,4% deles investem na poupança ou em nada. Investimento em renda fixa (CDB, Previdência privada, Títulos públicos, etc.) é o segundo mais procurado (5,2%). As aplicações de rendimento variável (Ações, Fundos multimercado, etc.) aparecem tímidas com 3,1% e por último estão empatadas a capitalização e outros tipos de investimento, tendo 2,1%.

Gráfico 39 – Aplicação Financeira mais utilizada. (Estudantes).



Fonte: Elaboração própria (2018).

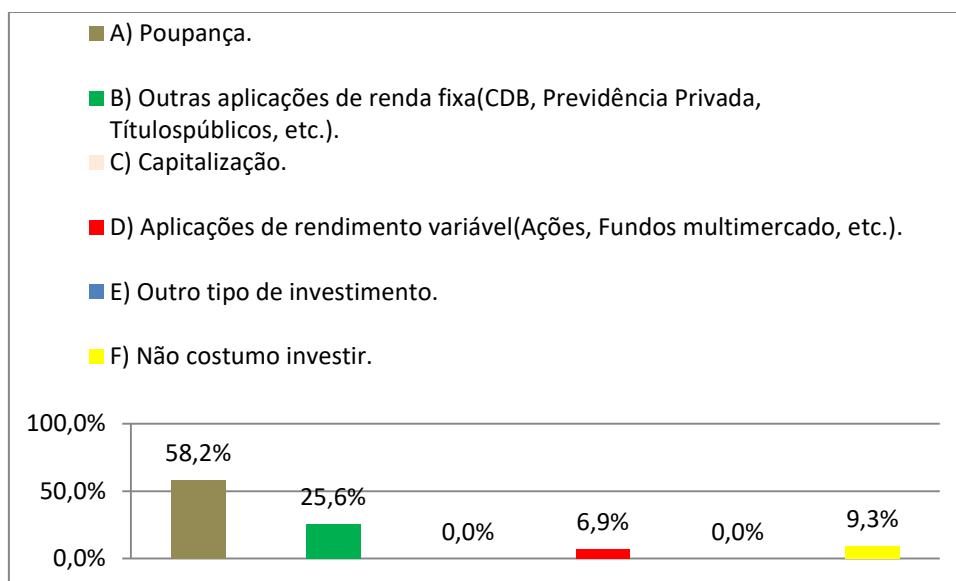
A predominância da poupança como principal destino dos recursos poupados se mantém entre os servidores questionados (Gráfico 40). A grande maioria (58,3%) utiliza a poupança como

principal investimento. Diferente dos estudantes, um número bem maior de servidores opta por outros investimentos em renda fixa (25,6%) e um número bem inferior não costuma investir (9,3%). Alguns ainda investem em aplicações de rendimento variável (6,9%).

Se a poupança é um dos investimentos com pior rentabilidade possível, por que ainda é a principal escolha das pessoas físicas? Segundo um levantamento do SPC Brasil (Serviço de proteção ao crédito) e pela CNDL (Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas)² afirma que 24% alegam como principal razão a falta de dinheiro para investir em outra modalidade, enquanto 23% justificam pela maior facilidade de acesso. A falta de conhecimento também foi alegada por 19% e o costume de guardar dinheiro nas modalidades tradicionais (15%).

Segundo especialistas do SPC Brasil, a opção majoritária pelo investimento na poupança ou guardar dinheiro em casa, se deve ao fato da falta de familiaridade dos indivíduos com aplicações financeiras mais rentáveis e que se adequem para seus objetivos.

Gráfico 40 – Aplicação Financeira mais utilizada. (Servidores).

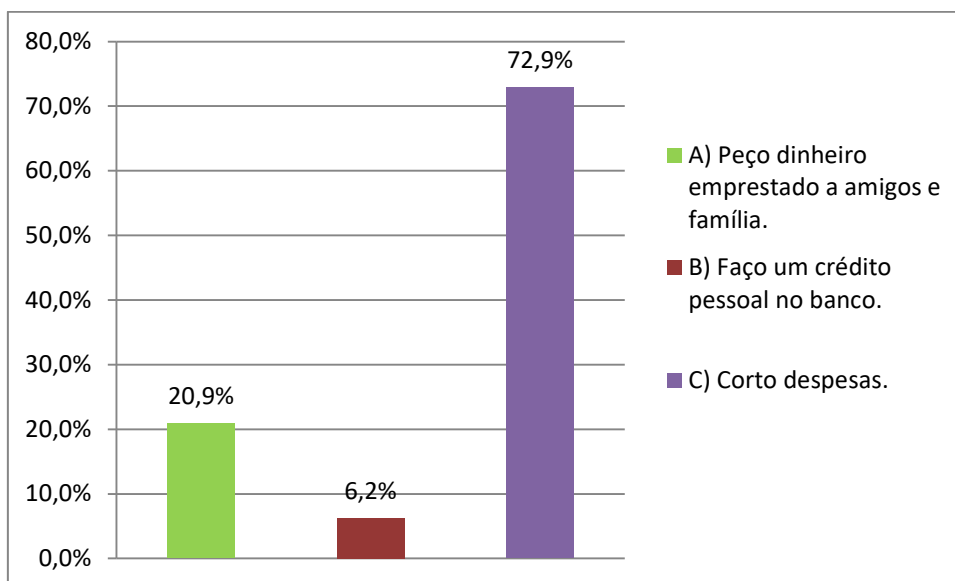


Fonte: Elaboração própria (2018).

Quando apresentados a três alternativas acerca das alternativas que optariam caso seu rendimento não fosse suficiente para cobrir suas despesas, o gráfico 41 demonstra que a maioria dos estudantes optou pelo corte de despesas (72,9%), enquanto isso, 20,9% decidiram pedir dinheiro emprestado a amigos e familiares e 6,2% prefeririam fazer um crédito pessoal.

² Indicadores econômicos SPC Brasil e CNDL. Dados Nacionais. Dados referentes a janeiro de 2018.

Gráfico 41 – Atitudes quanto à falta de renda para pagar despesa. (Estudantes).

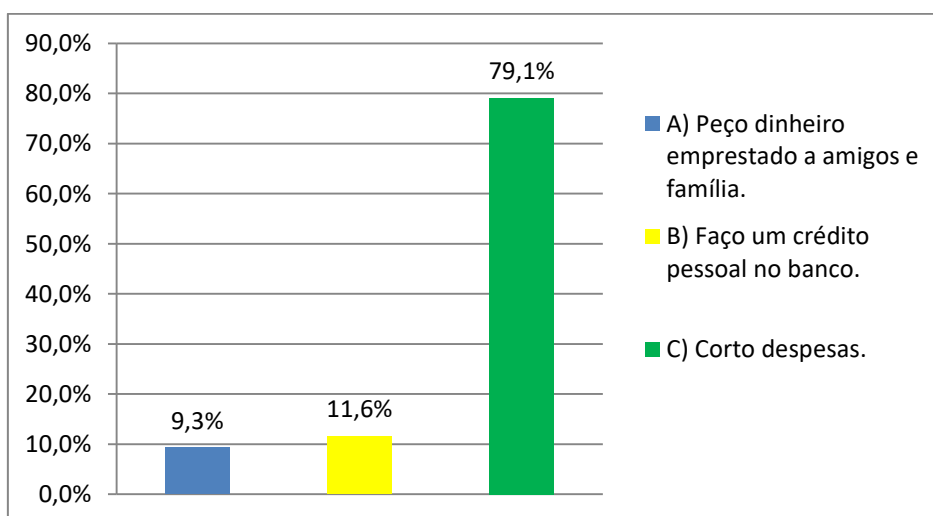


Fonte: Autoria própria.

A escolha pelo corte de despesas também é predominante entre os servidores questionados (79,1%). Pelo gráfico 42 também se pode notar que 11,6% recorreriam a um crédito pessoal no banco e 9,3% pediria dinheiro emprestado a amigos e familiares.

Quando o rendimento não é suficiente para cobrir as despesas mensais, a não ser em casos de despesas emergenciais, há um sério indício de que o padrão de vida não está condizente com a realidade financeira, portanto, para que ambos possam se compatibilizar, a atitude ideal seria o corte de despesas.

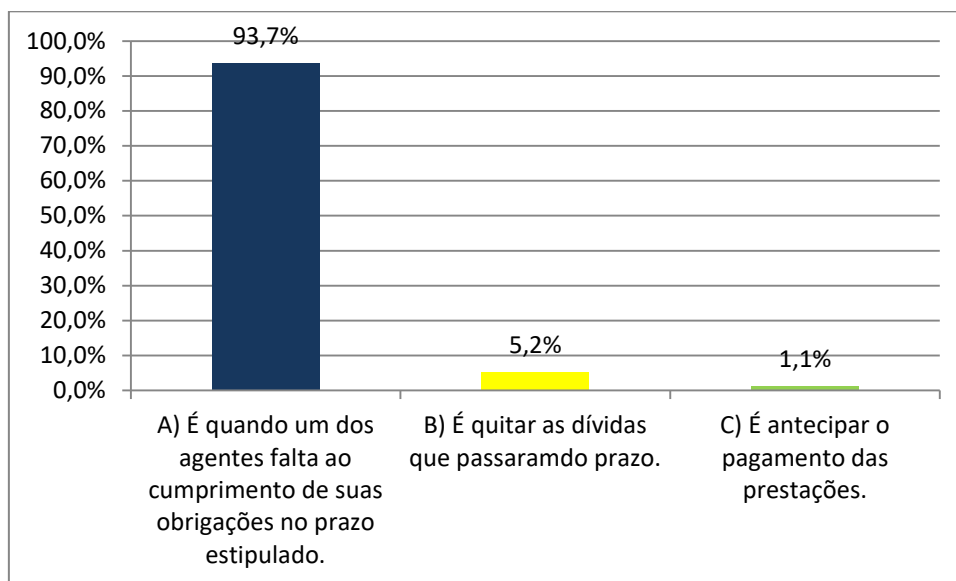
Gráfico 42 – Atitudes quanto à falta de renda para pagar despesa. (Servidores).



Fonte: Elaboração própria (2018).

O gráfico 43 demonstra que o conceito de inadimplência está bem difundido, visto que 93,7% dos estudantes participantes responderam corretamente à questão. Apenas 5,2% respondeu que se trata de quitar dívidas que passaram do prazo e 1,1% acredita que seja a antecipação do pagamento das prestações.

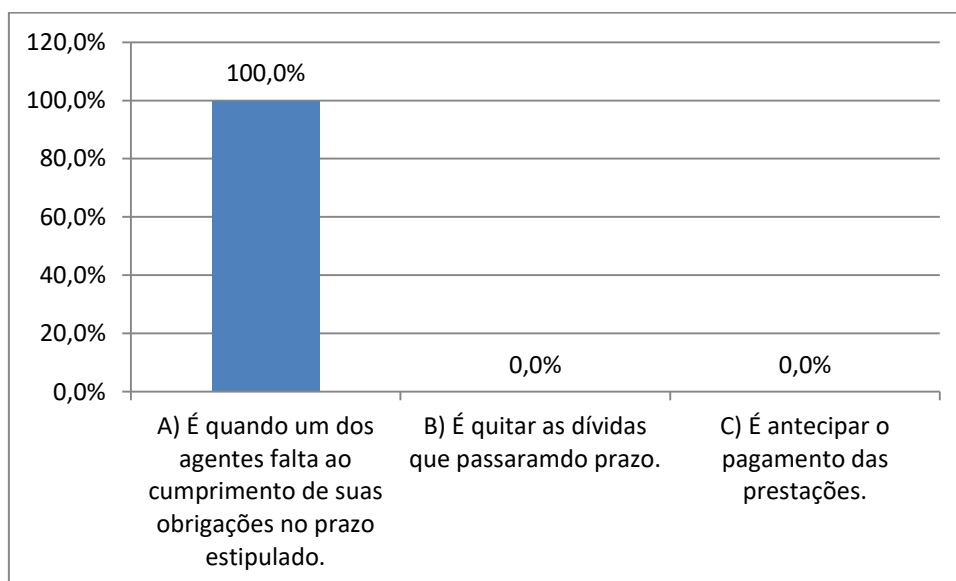
Gráfico 43 - O que é inadimplência? (Estudantes).



Fonte: Elaboração própria (2018).

Sobre o conceito de inadimplência, não existe nenhuma dúvida entre os servidores, 100% dos questionados responderam de forma correta (Gráfico 44).

Gráfico 44 - O que é inadimplência? (Servidores).

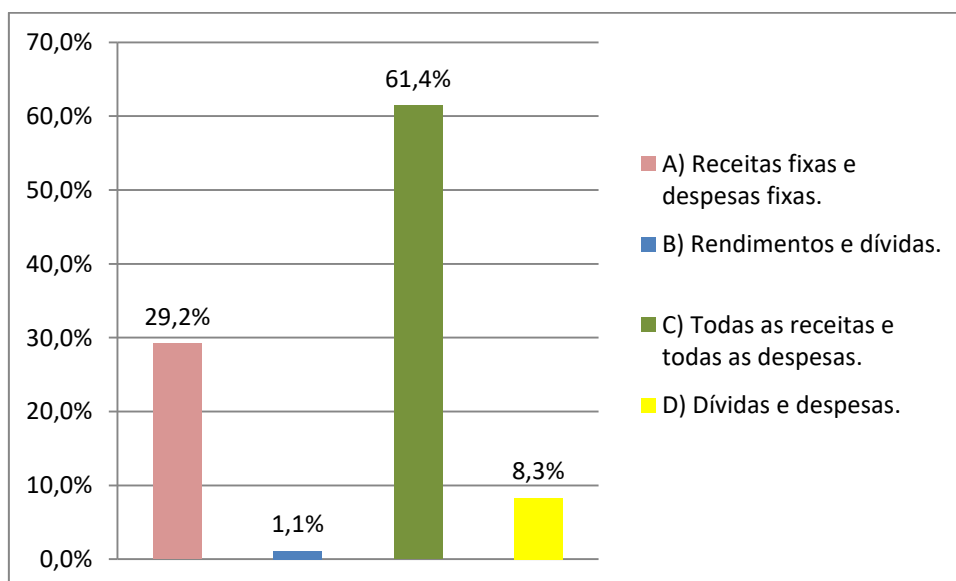


Fonte: Elaboração própria (2018).

A prática de se ter uma planilha de orçamento familiar ainda é muito raro. Pode ser muito enfadonho computar todos os gastos que são feitos durante o mês, porém, adotar essa prática é muito benéfico no controle dos gastos e planejamentos futuros. Permite ter uma maior noção de quais são seus gastos cotidianos, para onde maior parte do rendimento está sendo direcionado, oscilações nos custos dos bens consumidos no decorrer do ano e etc. Tendo essas informações se torna muito mais fácil de perceber que tipo de despesas podem ser cortadas e contribui bastante para que o indivíduo não acabe endividado.

A maioria dos estudantes parece saber como deve ser construída uma planilha de orçamento familiar, pois, como pode ser visto no gráfico 45, 61,4% dos que responderam à pesquisa acertaram como ela deve ser formulada. Já 29,2% responderam que apenas as receitas e despesas fixas devem ser incluídas na planilha, outros 8,3% incluiriam apenas despesas e dívidas e por fim 1,1% que optaria apenas por incluir rendimentos e dívidas.

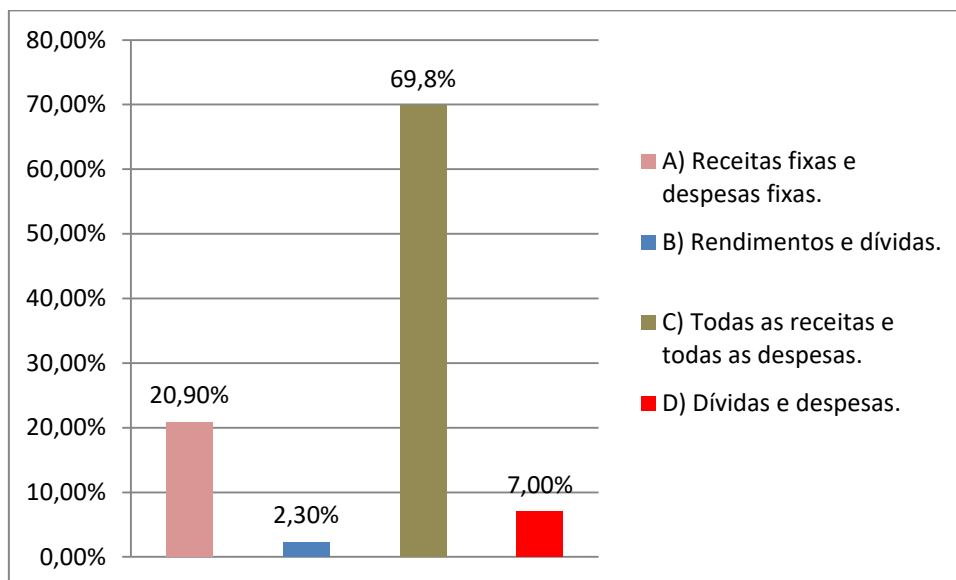
Gráfico 45 – Itens básicos de uma planilha de orçamento familiar. (Estudantes).



Fonte: Elaboração própria (2018).

Assim como os estudantes, a maioria dos servidores não teria dificuldade na formulação de planilha de orçamento familiar. O gráfico 46 demonstra que 69,8% dos servidores sabem os itens básicos que deve constar na planilha em questão. Outros 20,9% montariam a planilha apenas com receitas fixas e despesas fixas, 7% com dívidas e despesas e 2,3% apenas rendimentos e dívidas.

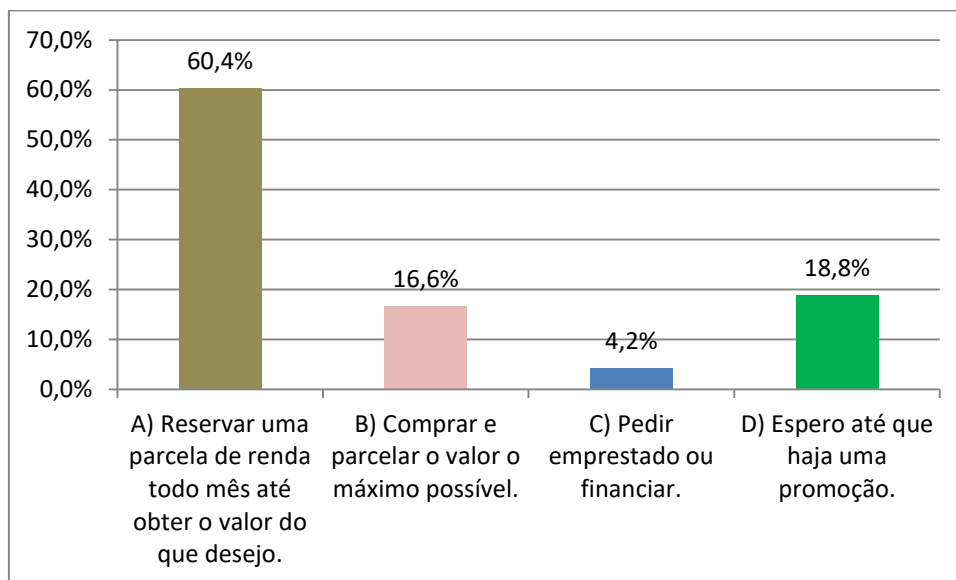
Gráfico 46 – Itens básicos de uma planilha de orçamento familiar. (Servidores).



Fonte: Elaboração própria (2018).

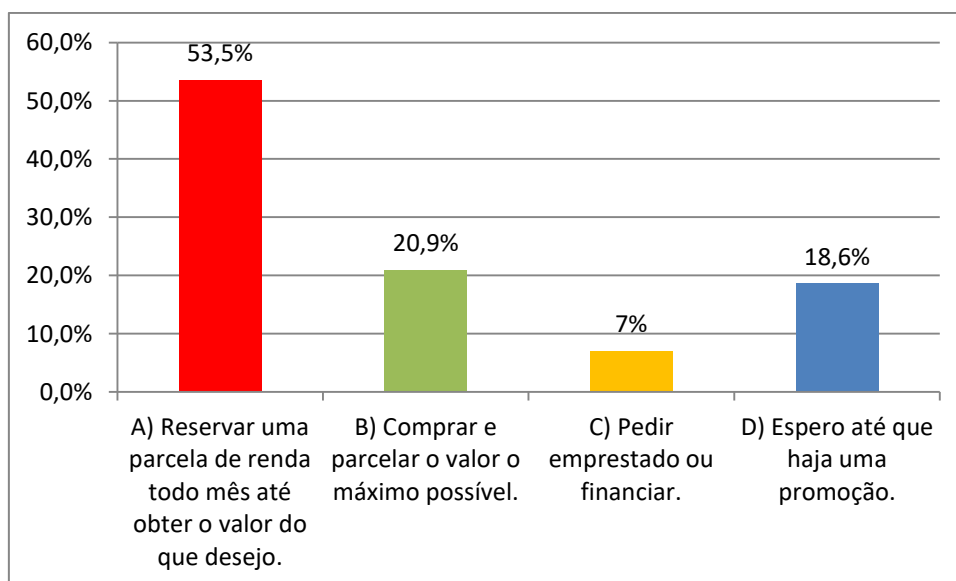
Os gastos que causam forte impacto no orçamento familiar devem ser analisados com cuidado. A compra de um carro zero, por exemplo, caso não seja bem planejada, pode levar o comprador a adquirir muitas dívidas, ou até mesmo pagar o valor do carro muito acima do real.

Entre os estudantes pesquisados 60,4% reservariam uma parcela de renda todo mês até obter o valor do que se deseja consumir, está seria a atitude mais sensata. Enquanto que 18,8% esperam por uma promoção. Esperar por uma promoção também pode ser uma boa forma de economizar dinheiro, porém, se não existe nenhuma reserva para esse tipo de gasto, pode acabar no mesmo problema de endividamento e pagando a mais devido a juros de parcelas e a promoção acaba não valendo a pena. Alguns (16,6%) preferem parcelar o máximo possível, já outros 4,2% optariam por pedir emprestado ou financiar.

Gráfico 47 – Costume antes de um gasto de forte impacto orçamentário (Estudantes).

Fonte: Elaboração própria (2018).

A maior parte dos servidores também prefere reservar uma parcela de renda todo mês até obter o valor do bem desejado (53,5%). Alguns preferem parcelar o máximo possível (20,9%). Esses parcelamentos a perder de vista podem ser perigosos caso não haja um controle de todos os gastos. A cada mês que se acrescenta uma parcela de um bem novo o nível de endividamento aumenta e se ficar inadimplente no cartão de crédito os juros são elevados. Outros 18,6% preferem esperar uma promoção e 7% pede emprestado ou financia.

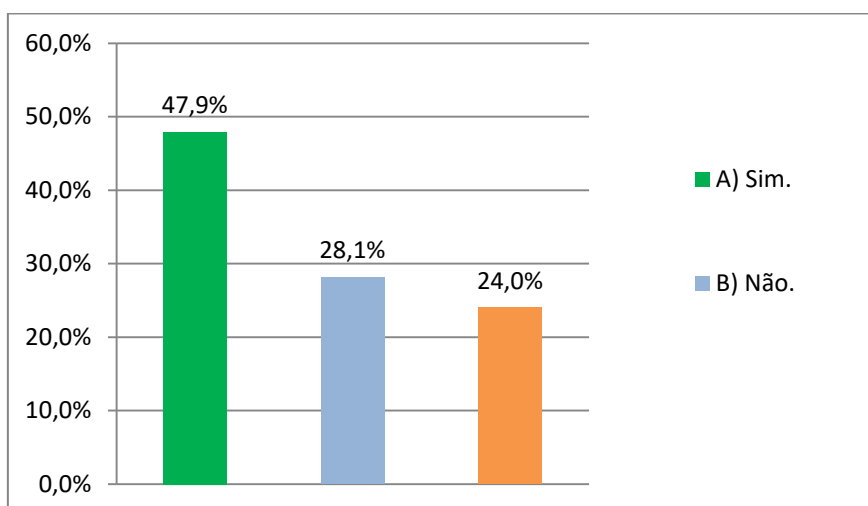
Gráfico 48 – Costume antes de um gasto de forte impacto orçamentário (Servidores).

Fonte: Elaboração própria (2018).

Um ambiente familiar onde se fala abertamente sobre decisões financeiras contribui muito para o planejamento dos envolvidos em alcançar o objetivo em questão. Quando todas as partes têm consciência do que deverá ser sacrificado e o que se conquistará com isso, o esforço individual em busca da meta se torna muito mais visível.

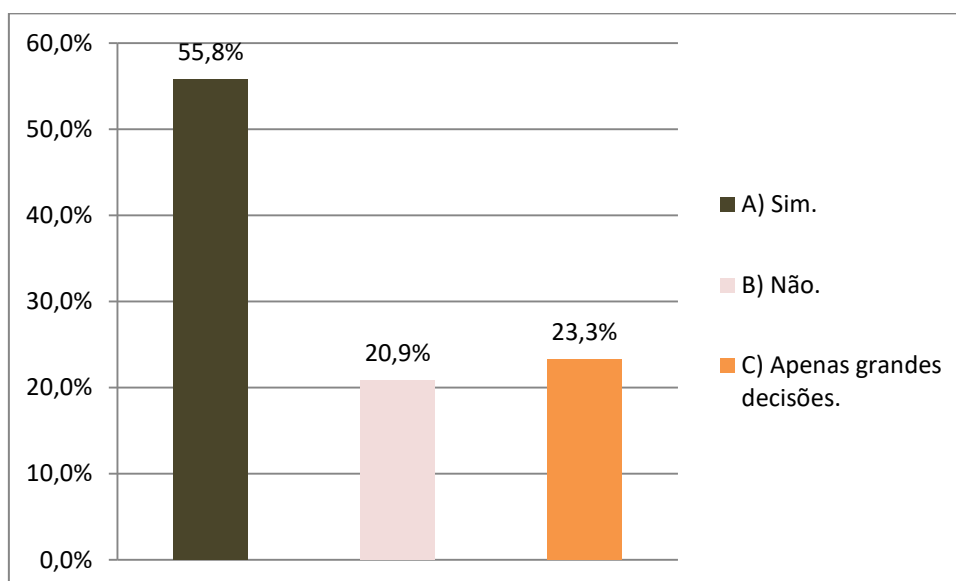
A pesquisa entre os estudantes demonstra, como pode ser observado no gráfico 49, que 47,9% admitiram ocorrer conversas em seu ambiente familiar sobre decisões financeiras; 28,1% não participam de nenhum tipo de decisão financeira em sua casa e 24% afirmaram que esse tipo de conversa só existe quando se trata de grandes decisões.

Gráfico 49 – Costume de conversar sobre decisões financeiras em casa (Estudantes).



Fonte: Elaboração própria (2018).

A pesquisa entre os servidores (Gráfico 50) revela um maior nível de conversa sobre decisões financeiras no ambiente familiar dos entrevistados. A maior parte 55,8% revelou haver conversas nesse sentido em casa, enquanto que 23,3% só conversam quando devem tomar alguma grande decisão e 20,9% alegam não existir essas conversas.

Gráfico 50 – Costume de conversar sobre decisões financeiras em casa (Servidores).

Fonte: Elaboração própria (2018).

A pesquisa demonstrou que apesar de os entrevistados mostrarem um percentual baixo de pessoas que não poupam nada, muitos não sabem exatamente como investir esse recurso poupado, principalmente entre os estudantes. O índice de estudantes que não investem nada é bastante elevado, bem superior ao número de estudantes que alegaram não poupar nada.

Outro ponto importante que a pesquisa revela é o possível desconhecimento das opções de investimento ofertadas pelo mercado, visto que, tanto estudantes como servidores, tiveram uma predominância muito acentuada na escolha da caderneta de poupança como principal opção de investimento.

3.4 COMPORTAMENTO COM RELAÇÃO AO RISCO

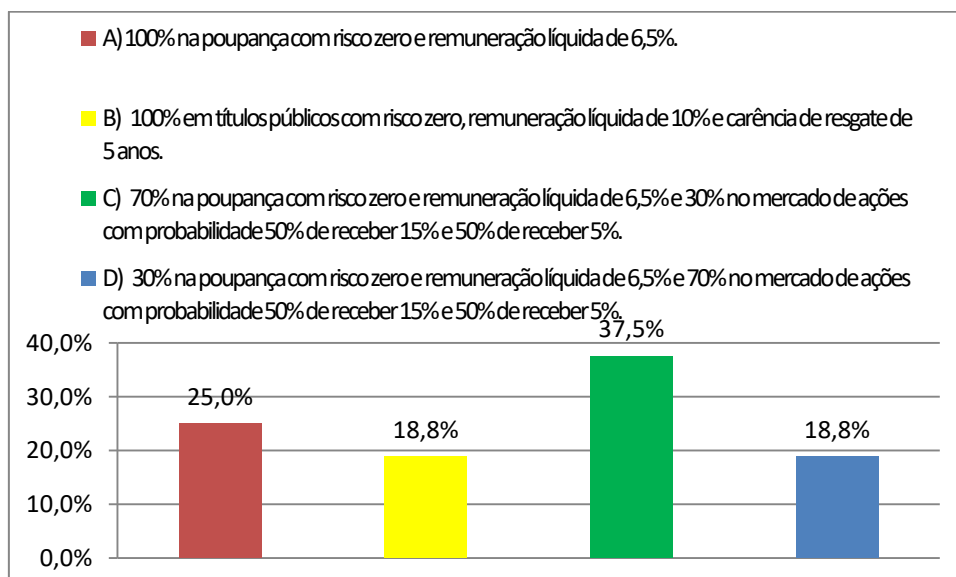
Na penúltima pergunta da pesquisa, os entrevistados foram questionados sobre uma situação hipotética, na qual foram oferecidas quatro opções de portfólio de investimento e ele teria 10 mil reais para alocar na opção que achasse melhor.

Como mostra o gráfico 51, a opção mais escolhida entre os estudantes (37,5%) foi em um portfólio com um perfil de risco moderado, que se trata de 70% do valor aplicado na poupança com uma remuneração líquida de 6,5% e 30% no mercado de ações com probabilidade de 50% de receber 15% e 50% de receber 5%. Em segundo lugar (25,0%), foi

escolhida uma opção com um perfil de risco conservador, na qual todo o recurso é investido na poupança e remuneração líquida de 6,5%.

A preferência pelas outras duas opções por parte dos estudantes ficou empatada, tendo 18,8% de adesão. Uma com perfil mais arriscado, pois 70% do valor investido seria feito no mercado de ações com probabilidade de 50% em receber 15% e 50% em receber 5%, os outros 30% do investimento seria feito na poupança com rendimento líquido de 6,5% e outra opção com um perfil conservador de longo prazo, que seria investir 100% em títulos públicos com risco zero, remuneração líquida de 10% e carência de resgate de 5 anos.

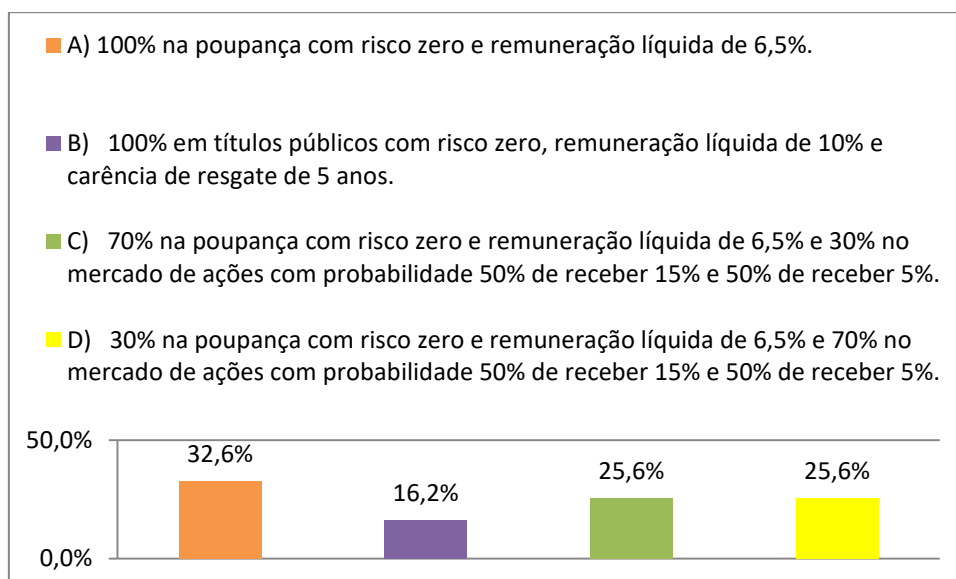
Gráfico 51 – Se você tivesse 10 mil a sua disposição hoje, como aplicaria esse dinheiro? (Estudantes).



Fonte: Elaboração própria (2018).

O perfil do investimento dos servidores se mostrou um pouco mais conservador do que dos estudantes (Gráfico 52). Houve uma maior predominância na opção de investir 100% na poupança (32,6%) e em seguida ficaram empatados a opção C (25,6%), com um perfil moderado de risco e a opção D (25,6%), que possui um perfil mais arriscado. A opção menos escolhida foi a D, referente ao investimento total em títulos públicos com carência de 5 anos, um investimento conservador voltado para o longo prazo.

Gráfico 52 – Se você tivesse 10 mil a sua disposição hoje, como aplicaria esse dinheiro? (Servidores).



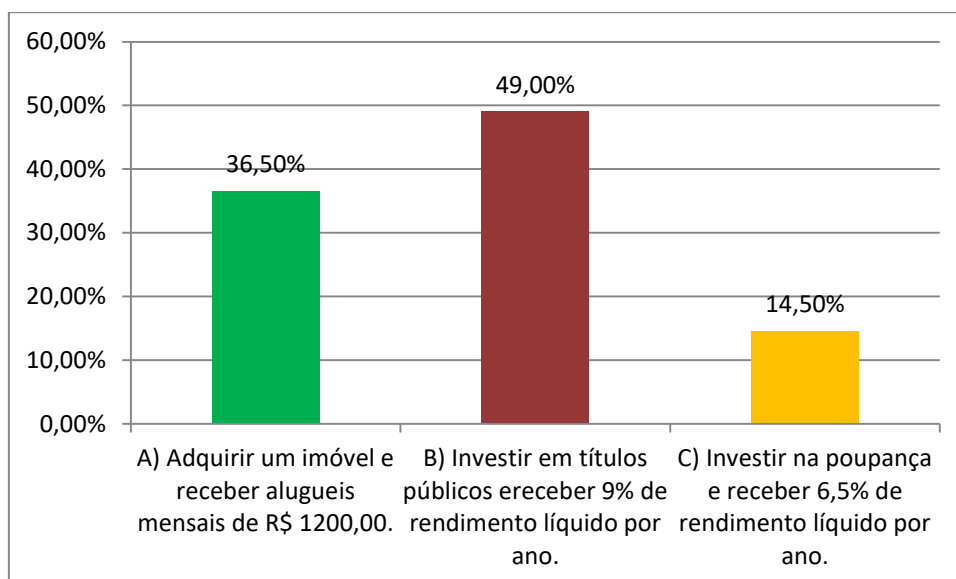
Fonte: Elaboração própria (2018).

Utilizando a teoria do valor esperado, teríamos os seguintes valores esperados de cada opção: a) $E(A) = 650$; b) $E(B) = 1000$; c) $E(C) = 755$; d) $E(D) = 895$. Portanto, o maior valor esperado seria da opção B, em segundo a D, terceiro a C e por último a opção A. Mesmo tendo o valor esperado mais baixo dentre as opções oferecidas, a opção A teve 25% de escolha entre os estudantes entrevistados e 32,6% entre os servidores.

A última questão da pesquisa foi bem parecida com a anterior, com uma mudança no valor disponível para o investimento e diferentes opções.

A maior parte dos estudantes entrevistados (49,0%), como visto no gráfico 53, optaria investir em títulos públicos e receber 9% de rendimento líquido por ano, outra grande parte (36,5%) escolheria adquirir um imóvel e receber aluguéis mensais de R\$ 1200,00. Um menor número (14,5%) investiria na poupança recebendo 6,5% de rendimento líquido por ano.

Gráfico 53 – Se você tivesse 300 mil a sua disposição para investir, qual opção escolheria? (Estudantes).



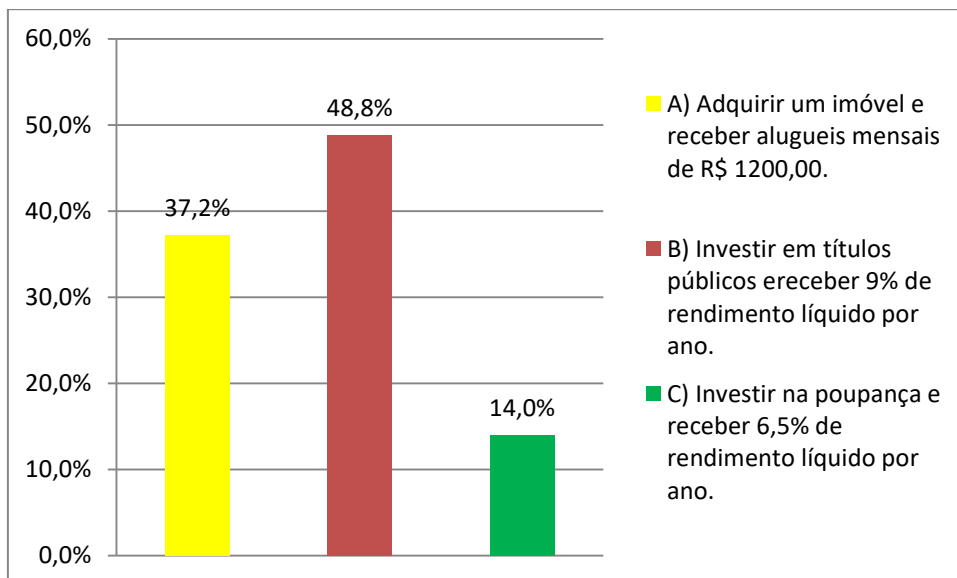
Fonte: Elaboração própria (2018).

Nessa questão o perfil de investimento escolhido tanto pelos estudantes como pelos servidores foi bastante semelhante. O gráfico 54 retrata as opções escolhidas pelos servidores e a mais escolhida também foi investir em títulos públicos e receber 9% de rendimento líquido por ano (48,8%). A segunda opção mais escolhida foi de investir em um imóvel (36,5%) e por último o investimento na poupança (14,5%).

O interessante nessa questão é que mesmo sendo expostas claramente as opções, mais da metade optaria por investimentos com menor rentabilidade e 36,7% escolheria o menos rentável e de maior risco. Quais seriam os pontos mais relevantes para estas decisões? Uma possível explicação seria a ilusão de que ao adquirir um imóvel e conseqüentemente um patrimônio tangível, tornaria o investimento melhor. Outra hipótese é de que qualquer investimento que não seja poupança ou algo tangível, ainda é visto com algum receio dentre a população.

O que fica claro é que, mesmo com informações disponíveis, a maioria dos agentes em questão não optaria pelo investimento que lhe trariam maior retorno financeiro.

Gráfico 54 – Se você tivesse 300 mil a sua disposição para investir, qual opção escolheria? (Servidores).



Fonte: Elaboração própria (2018).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal objetivo deste trabalho monográfico foi realizar uma análise do comportamento dos alunos e servidores da UFBA em relação ao comportamento financeiro. O trabalho também objetiva ressaltar a importância da Educação Financeira na formação dos indivíduos, principalmente se esta orientação é dada desde a infância. Uma sociedade cujo conhecimento financeiro é bem difundido proporciona melhores condições para cada um dos agentes econômicos buscarem maximizar a utilidade de sua renda, conseqüentemente tornando mais possível o alcance de objetivos traçados.

O Brasil ainda está em um estado embrionário a respeito do acesso à Educação Financeira. Por questões históricas de altas taxas de inflação e incertezas institucionais, o planejamento financeiro era algo muito difícil de ser feito, portanto não existia essa cultura há poucas décadas atrás. Somente a partir dos anos 2000 que essa área de conhecimento passou a ser explorada.

A pesquisa realizada revelou que ainda existe um grande déficit dentre alunos e servidores UFBA quando se trata de Educação Financeira. Sendo realizada em ambiente de ensino superior, onde os participantes possuem um bom acesso a informação, muitos quesitos sobre conhecimentos básicos em economia ainda não são muito bem compreendidos.

Quando se trata de investimento e comportamento de poupança a situação se torna mais preocupante. Ainda existe um grande déficit de informação sobre as opções de investimento ofertadas pelo mercado, grande parte da população opta por investimentos que rendem menos ou até mesmo deixam de investir.

Para que se possa alcançar a independência financeira, o ideal é que esse objetivo seja traçado desde cedo, quando as responsabilidades de despesa são baixas e a possibilidade de se arriscar é maior, portanto, quanto mais cedo os indivíduos forem ensinados sobre o que está disponível para ele no mercado e como pode utilizar isso para alcançar seus objetivos, melhor. Neste quesito, a inserção de uma Educação Financeira no ambiente escolar se torna fundamental, visto que, a geração de pais atualmente não possui, em geral, o conhecimento mais adequado para orientar os filhos neste quesito.

Esta é uma das poucas pesquisas do tipo realizadas dentro da faculdade de economia da UFBA. Foi levantada uma base de dados que servirá para possíveis pesquisas futuras que

queiram se aprofundar mais no perfil de comportamento financeiro dos envolvidos nessa pesquisa. Como foi demonstrado na pesquisa, a Educação Financeira não é um conhecimento a que muitos têm acesso, portanto, iniciativas que busquem promover a Educação Financeira no próprio ambiente da UFBA, seriam importantes para a redução desse déficit de conhecimento no assunto.

REFERÊNCIAS

BRUHN, M.; LEÃO, L. S.; LEGOVINI, A.; MARCHETTI, R.; ZIA, B. **Financial Education and Behavior Formation: Large-Scale Experimental Evidence from Brazil.** Disponível em http://responsiblefinance.worldbank.org/~media/giawb/fl/documents/misc/finlitedu-org-rtf/overall-tf/india_2-3-3_leao.pdf Acesso em 18 out. 2018

BM&FBOVESPA. **Histórico de pessoas físicas.** Disponível em: http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/servicos/market-data/consultas/historico-pessoas-fisicas/ Acesso em: 24 nov. 2018.

CERBASI, Gustavo. **Pais inteligentes enriquecem seus filhos.** Rio de Janeiro: Sextante, 2011.

_____. **Investimentos inteligentes.** Rio de Janeiro: Sextante, 2013.

_____. **Como organizar sua vida financeira.** Rio de Janeiro: Sextante, 2015.

D'AQUINO, C. **Educação financeira: 20 dicas para ajudar você a educar seu filho.** 2. Ed. São Paulo: Me poupe, 2001.

DSOP. **Há 10 anos transformando vidas e realizando sonhos.** Disponível em: <http://www.dsop.com.br/grupo-dsop-educacao-financeira/> Acesso em 24 nov. 2018.

EKER, T. H., **Os segredos da mente milionária.** Rio de Janeiro: Sextante, 2006.

ENEF. **2º Mapeamento Nacional das iniciativas de Educação Financeira** Disponível em: <http://www.vidaedinheiro.gov.br/2-mapeamento/> Acesso em 24 maio 2018.

ENEF. **Plano Diretor - Estratégia nacional de educação financeira.** Disponível em: <http://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2017/08/Plano-Diretor-ENEF-Estrategia-Nacional-de-Educacao-Financeira.pdf> Acesso 24 nov. 2018

ESTUDE SEM FRONTEIRAS. **Educação Financeira e sua importância.** Disponível em: https://www.estudesemfronteiras.com/novo/news/educacao-financeira-e-sua-importancia/24?gclid=CjwKCAiAiuTfBRAaEiwA4itUqM4Et0aGLYB0Sv4rA6avnlCplYEKh7TVv2gmGDW0qwNi7eTQ25aJERoCBNkQAvD_BwE. Acesso em 24 nov. 2018.

GOEKING W. **6 em cada 10 brasileiros colocam dinheiro na poupança – e o motivo para isso não faz sentido.** Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/onde-investir/poupanca/noticia/7386977/cada-brasileiros-colocam-dinheiro-poupanca-motivo-para-isso-nao-faz> Acesso em 30 nov. 2018.

GUIMARÃES, L. **Inadimplência cresce e atinge 61,7 milhões de brasileiros, diz SPC.** Disponível em: <https://portalnovarejo.com.br/2018/03/inadimplencia-atinge-617-milhoes/> Acesso em 01 ago. 2018.

KYIOSAKI, R. T. **Empreendedorismo não se aprende na escola.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

MAGNETIS. **Lições dos americanos sobre finanças e investimentos, por Bel Pesce.** Disponível em:<<https://blog.magnetis.com.br/licoes-dos-americanos-sobre-financas-e-investimentos-por-bel-pesce/>> Acesso em 24 nov. 2018.

MANDELL, L.; KLEIN, L.S. Motivation and financial literacy. **Financial Services Review**, v.16, n.2, 2007.

OLIVEIRA, E. **Participação de pessoas físicas na bolsa sobe para 17% em 2016.** Disponível em:<<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/01/1847195-pessoa-fisica-aumenta-participacao-na-bolsa-em-2016.shtml>> Acesso em 24 nov. 2018.

POTRICH, A. C. G.; VIEIRA, K. M.; KIRCH, G.. Determinantes da Alfabetização Financeira: Análise da Influência de Variáveis Socioeconômicas e Demográficas. **Revista Contabilidade & Finanças**, v.26 n.69, p. 362-377, 2015

SAVOIA, J. R. F.; SAITO, A. T.; SANTANA, F. A. Paradigmas da educação financeira no Brasil. **RAP**, v.41 n.6, Rio de Janeiro, 2007.

SERASA EXPERIAN. **Inadimplência do consumidor inicia 2018 em queda, revela Serasa.** Disponível em:<<https://www.serasaexperian.com.br/sala-de-imprensa/inadimplencia-do-consumidor-inicia-2018-em-queda-revela-serasa>> Acesso em 01 ago. 2018.

SERASA EXPERIAN. **Inadimplência do consumidor atinge 61,4 milhões revela Serasa.** Disponível em:<<https://www.serasaexperian.com.br/sala-de-imprensa/inadimplencia-do-consumidor-atinge-614-milhoes-revela-serasa>> Acesso em 07 dez. 2018.

STEPHANI, M.. **Educação Financeira: uma perspectiva interdisciplinar na construção da autonomia do aluno.** Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre-RS: PUCRS, 2005.

VARIAN, H. R. **Microeconomia: Uma abordagem moderna.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

APÊNDICE

QUESTIONÁRIO PARA PESQUISA

Socioeconômico

1 - Qual sua renda familiar?

- A) Até um salário mínimo (R\$ 954,00).
- B) Acima de um salário mínimo até quatro salários mínimos ($R\$954,00 < X < R\$3816,00$).
- C) Acima de quatro salários mínimos até sete salários mínimos ($R\$3816,00 < X < R\$6678,00$).
- D) Acima de sete salários mínimos (R\$6678,00).

2 - Você possui algum tipo de renda pessoal?

- A) Salário
- B) Estágio
- C) Mesada
- D) Bolsa de pesquisa
- E) Não se aplica

3 - Qual sua renda pessoal?

- A) Até um salário mínimo (R\$ 954,00).
- B) Acima de um salário mínimo até quatro salários mínimos ($R\$954,00 < X < R\$3816,00$).
- C) Acima de quatro salários mínimos até sete salários mínimos ($R\$3816,00 < X < R\$6678,00$).
- D) Acima de sete salários mínimos (R\$6678,00).

4 - Idade.

- A) Até 20 anos.
- B) De 21 a 25 anos.
- C) De 26 a 35 anos.
- D) De 36 a 50 anos.
- E) Acima de 50 anos.

5 - Gênero.

- A) Feminino.
- B) Masculino.

6 - Cor/Raça.

- A) Branco(a).
- B) Pardo(a).
- C) Preto(a).
- D) Amarelo(a).
- E) Indígena(a).
- F) Não sei.

7 - Religião.

- A) Católico(a).
- B) Protestante.
- C) Evangélico(a).
- D) Espírita.
- E) Umbanda e Candomblé.
- F) Outra
- G) Nenhuma das opções acima.

8 - Escolaridade da mãe.

- A) Ensino fundamental incompleto.
- B) Ensino fundamental completo.
- C) Ensino médio incompleto.
- D) Ensino médio completo.
- E) Ensino superior ou técnico incompleto.
- F) Ensino superior ou técnico completo.
- G) Sem escolaridade.

9 - Escolaridade do pai.

- A) Ensino fundamental incompleto.
- B) Ensino fundamental completo.
- C) Ensino médio incompleto.
- D) Ensino médio completo.
- E) Ensino superior ou técnico incompleto.
- F) Ensino superior ou técnico completo.
- G) Sem escolaridade

Conhecimentos básicos de economia**1 - O que são juros?**

- A) Uma tarifa cobrada pelos bancos.
- B) Aluguel pago pelo uso do dinheiro.
- C) Uma tarifa cobrada pelo cartão de crédito.

2 - Para que serve a taxa de juros Selic?

- A) Serve para balizar as taxas de juros cobradas pelas instituições financeiras.
- B) Serve como taxa de remuneração dos juros sobre os títulos da dívida pública.
- C) Funciona como a taxa que o banco central utiliza para emprestar recursos às instituições financeiras.

3 - O que é inflação?

- A) É a elevação no preço de qualquer produto e durante qualquer período de tempo.
- B) É a variação nos preços dos produtos de uma determinada economia.
- C) É o aumento persistente e generalizado de um grupo de produtos em um determinado período de tempo.

4 - Qual das seguintes ações políticas tem como objetivo o controle da inflação?

- A) Impressão de moeda para pagamento de dívida.
- B) Elevação da taxa básica de juros.
- C) Facilitar a obtenção de crédito bancário.

5 - O que é um superávit primário?

- A) Trata-se do resultado positivo das exportações sobre as importações do primeiro setor.
- B) É o resultado positivo de todas as receitas e despesas do governo, deixando de fora os gastos com pagamento de juros.
- C) É a relação positiva da arrecadação dos impostos sobre os gastos do governo.

6 - Qual a consequência da decisão do governo de imprimir moeda desordenadamente?

- A) Perda do valor da moeda e consequente inflação.
- B) Injeção de recursos na economia e elevação do crédito.
- C) Perda de credibilidade internacional e proibição de tomar recursos de outros países.

7 - O Fundo garantidor de crédito permite poupadores e investidores recuperarem os depósitos ou créditos mantidos em instituições financeiras até um valor de:

- A) R\$ 50.000,00.

- B) R\$ 125.00,00.
- C) R\$ 250.00,00.
- D) Não existe esse fundo.

8 - Títulos públicos são:

- A) Empréstimos que apenas os bancos fazem ao Governo Federal.
- B) Ativos emitidos pelo Governo Federal utilizados para captar recursos.
- C) São ativos financeiros que possibilita o investidor estrangeiro ser um credor do Governo Federal.

Conhecimentos e hábitos sobre poupança

1 - Com que regularidade costuma poupar?

- A) Todos os meses.
- B) Periodicamente.
- C) É raro, poupo apenas quando recebo dinheiro extra.
- D) Não poupo.

2 - Qual percentual de sua renda destina a poupar?

- A) De 0% a 5%.
- B) Mais de 5% até 15%.
- C) Mais de 15 até 25%.
- D) Mais de 25%.
- E) Nada.

3 - Qual tipo de aplicação financeira que você costuma utilizar nas suas aplicações?

- A) Poupança.
- B) Outras aplicações de renda fixa (CDB, Previdência Privada, Títulos públicos, etc.)
- C) Capitalização.
- D) Aplicações de rendimento variável (Ações, Fundos multimercado, etc.)
- E) Outro tipo de investimento.
- F) Não costumo investir.

4 - Quando seu rendimento não é suficiente para pagar as despesas, que atitude toma?

- A) Peço dinheiro emprestado a amigos e família.
- B) Faço um crédito pessoal no banco.
- C) Corto despesas.

5 - O que é inadimplência?

- A) É quando um dos agentes falta ao cumprimento de suas obrigações no prazo estipulado.
- B) É quitar as dívidas que passaram do prazo.
- C) É antecipar o pagamento das prestações.

6 - Quais itens básicos devem constar numa planilha de orçamento familiar?

- A) Receitas fixas e despesas fixas.
- B) Rendimentos e dívidas.
- C) Todas as receitas e todas as despesas.
- D) Dívidas e despesas.

7 - Antes de fazer gastos que têm forte impacto no orçamento eu costumo:

- A) Reservar uma parcela de renda todo mês até obter o valor do que desejo.
- B) Comprar e parcelar o valor o máximo possível.
- C) Pedir emprestado ou financiar.
- D) Espero até que haja uma promoção.

8 - Em seu ambiente familiar existe o costume de se conversar sobre decisões financeiras?

- A) Sim.
- B) Não.
- C) Apenas grandes decisões.

9 - Se você tivesse 10 mil a sua disposição hoje, como você aplicaria esse dinheiro?

- A) 100% na poupança com risco zero e remuneração líquida de 6,5%
- B) 100% em títulos públicos com risco zero, remuneração líquida de 10% e carência de resgate de 5 anos.
- C) 70% na poupança com risco zero e remuneração líquida de 6,5% e 30% no mercado de ações com probabilidade 50% de receber 15% e 50% de receber 5%?
- D) 30% na poupança com risco zero e remuneração líquida de 6,5% e 70% no mercado de ações com probabilidade 50% de receber 15% e 50% de receber 5%?

10 - Se você tivesse 300 mil a sua disposição para investir, você optaria por:

- A) Adquirir um imóvel e receber alugueis mensais de R\$ 1200,00.
- B) Investir em títulos públicos e receber 9% de rendimento líquido por ano?
- C) Investir na poupança e receber 6,5% de rendimento líquido por ano?